

# Projeto de Plano Orçamental

## **2020**

© MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 LISBOA

• Telefone: (+351) 218 816 820 • Fax: (+351) 218 816 862

<http://www.portugal.gov.pt>

## ÍNDICE

1.	Nota Introdutória .....	4
2.	Projeções Macroeconómicas .....	5
3.	Metas Orçamentais .....	7
4.	Projeções para a Despesa e Receita no Cenário de Políticas Invariantes .....	8
5.	Metas para a Receita e Despesa das Administrações Públicas .....	9
6.	Medidas Discricionárias incluídas no Projeto de Plano Orçamental .....	11
7.	Comparação com o Programa de Estabilidade .....	11
8.	Adequação das Medidas apresentadas do Projeto de Plano Orçamental às Recomendações Específicas por País aprovadas pelo Conselho .....	12
9.	Parecer do Conselho das Finanças Públicas .....	58

## TABELAS

Tabela 1. Hipóteses Subjacentes .....	5
Tabela 2. Perspetivas Macroeconómicas .....	5
Tabela 3. Preços .....	5
Tabela 4. Mercado de Trabalho .....	6
Tabela 5. Balanças Setoriais .....	6
Tabela 6. Objetivos Orçamentais .....	7
Tabela 7. Desenvolvimentos na Dívida das Administrações Públicas .....	7
Tabela 8. Projeções da Receita e Despesa das Administrações Públicas no Cenário de Políticas Invariantes por Principais Componentes .....	8
Tabela 9. Projeções da Receita e Despesa das Administrações Públicas divididas nas Principais Componentes .....	9
Tabela 10. Montantes a Excluir no Cálculo da Regra da Despesa .....	9
Tabela 11. Classificação das Funções Governamentais .....	10
Tabela 12. Diferenças face ao último Programa de Estabilidade .....	11
Tabela 13. Recomendações Específicas por País .....	12
Tabela 14. Objetivos Estabelecidos na Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego .....	44

## 1. Nota Introdutória

O presente Projeto de Plano Orçamental 2020 cumpre o Regulamento (EU) N.º 473/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, conforme descrito no documento de implementação do *Two Pack*, publicado em 30 de setembro de 2016, segundo o qual o Estado-Membro, cujo governo não goze de plenos poderes orçamentais, deve apresentar, até 15 de outubro, um projeto de plano orçamental preparado segundo um cenário de políticas invariantes.

Assim, o presente Projeto de Plano Orçamental 2020 não corresponde a uma proposta de Orçamento do Estado para 2020.

Por outro lado, neste Projeto de Plano Orçamental 2020, atualiza-se o crescimento do PIB potencial face ao valor subjacente ao Programa de Estabilidade 2019-2023 devido, em parte, à revisão da base das Contas Nacionais, a qual teve um impacto nas séries do PIB e do Investimento. Dada a metodologia utilizada para o cálculo do produto potencial, e respetivas especificidades, com a incorporação da revisão das séries obtêm-se resultados diferenciados.

A inexistência de uma proposta de Orçamento do Estado para 2020 consubstancia situação legalmente prevista na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho).

Dada a realização de eleições legislativas a 6 de outubro e o termo da legislatura ocorrer entre 1 de outubro e 31 de dezembro, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020 deverá ser apresentada, pelo Governo, à Assembleia da República, no prazo de 90 dias a contar da data da sua tomada de posse.

## 2. Projeções Macroeconómicas

Tabela 1. Hipóteses Subjacentes

	2018	2019	2020
Taxa de juro de curto prazo (média anual)	-0,3	-0,3	-0,3
Taxa de juro de longo prazo AE (média anual)	1,3	1,5	1,7
Taxa de câmbio USD/€ (média anual)	1,2	1,1	1,1
Taxa de câmbio efectiva nominal	2,9	-4,7	-0,5
Crescimento do PIB mundial, excluindo UE	4,1	3,6	3,9
Crescimento do PIB da UE	2,2	1,5	1,8
Crescimento da procura externa relevante	3,5	2,6	3,1
Crescimento das importações, excluindo UE	4,5	4,3	4,2
Preço do petróleo (Brent, USD/barril)	71,5	63,1	57,8

Tabela 2. Perspetivas Macroeconómicas

	Código SEC	2018	2018	2019	2020
		Nível (10 <sup>6</sup> euros)	Taxa de variação		
1. PIB real	B1*g	197 741,1	2,4	1,9	2,0
2. Produto potencial		194 751,1	1,8	1,9	1,9
3. PIB nominal	B1*g	203 896,2	4,1	3,3	3,5
Componentes do PIB em termos reais					
4. Consumo privado	P.3	128 437,4	3,1	2,2	2,1
5. Consumo público	P.3	33 148,2	0,9	0,9	0,9
6. Formação bruta de capital fixo	P.51	34 088,2	5,8	8,2	5,0
7. Variação de existências e aquisição líquida de objectos de valor (% PIB)	P.52 + P.53	1 005,2	0,5	0,5	0,1
8. Exportações de bens e serviços	P.6	84 402,2	3,8	2,9	3,9
9. Importações de bens e serviços	P.7	83 340,0	5,8	5,4	4,1
Contributos para o crescimento do PIB em termos reais					
10. Procura interna		195 673,8	3,1	3,0	2,4
11. Variação de existências e aquisição líquida de objectos de valor	P.52 + P.53	1 005,2	0,1	0,0	-0,4
12. Procura externa líquida	B.11	1 062,2	-0,8	-1,0	-0,1

Tabela 3. Preços

	Código SEC	2018	2018	2019	2020
		Nível	Taxa de variação		
1. Deflator do PIB		1,03	1,6	1,3	1,4
2. Deflator do consumo privado		1,03	1,3	1,2	1,4
3. IHPC		1,03	1,2	0,8	1,6
4. Deflator consumo público		1,04	1,8	1,3	1,5
5. Deflator da formação bruta de capital fixo		1,05	3,0	2,0	1,6
6. Deflator das exportações (bens e serviços)		1,05	2,1	1,0	1,0
7. Deflator das importações (bens e serviços)		1,06	2,4	1,0	1,0

Tabela 4. Mercado de Trabalho

	Código SEC	2018	2018	2019	2020
		Nível	Taxa de variação		
<b>1. Emprego total (milhares de indivíduos)<sup>1</sup></b>		4 914,5	2,3	1,1	0,7
<b>2. Emprego, horas trabalhadas<sup>2</sup></b>		:	:	:	:
<b>3. Taxa de desemprego (%)<sup>3</sup></b>		-	7,0	6,3	5,9
<b>4. Produtividade por trabalhador, pessoas<sup>4</sup></b>		40,2	0,1	0,8	1,2
5. Produtividade do trabalho, horas trabalhadas <sup>5</sup>		:	:	:	:
<b>6. Remuneração dos empregados (10<sup>6</sup> euros)</b>	D.1	91 002,4	5,4	3,9	3,6
<b>7. Remuneração por trabalhador</b>		21,5	2,5	2,7	2,9

<sup>1</sup> População empregada, conceito de Contas Nacionais; <sup>2</sup> Definição de Contas Nacionais; <sup>3</sup> Definição harmonizada, Eurostat; nível; <sup>4</sup> PIB real por pessoa empregada; <sup>5</sup> PIB real por hora trabalhada.

Tabela 5. Balanças Setoriais

% PIB	SEC	2018	2019	2020
<b>1. Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior</b>	<b>B.9</b>	<b>1,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
<i>da qual:</i>				
- Saldo da balança de bens e serviços		0,1	-1,0	-1,0
- Saldo da balança de rendimentos primários e transferências		0,1	0,0	0,2
- Saldo da balança de capital		1,0	1,2	1,2
<b>2. Capacidade/necessidade líquida de financiamento do sector privado</b>	<b>B.9</b>	<b>1,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
<b>3. Capacidade/necessidade líquida de financiamento das administrações públicas</b>	<b>B.9</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,0</b>
<b>4. Discrepância estatística</b>		:	:	:

### 3. Metas Orçamentais

Tabela 6. Objetivos Orçamentais

	Código SEC	2019	2020
		% PIB	
<b>Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento (B.9) por subsector<sup>1</sup></b>			
<b>1. Administrações Públicas</b>	S.13	-0,1	0,0
<b>2. Juros</b>	D.41	3,1	3,0
<b>3. Saldo primário<sup>2</sup></b>		3,1	2,9
<b>4. Medidas one-off e temporárias<sup>3</sup></b>		-0,6	-0,4
<b>4.a. Medidas one-off e temporárias da AP do lado da receita</b>		0,0	0,0
<b>4.b. Medidas one-off e temporárias das AP do lado da despesa</b>		-0,6	-0,5
<b>5. Crescimento real do PIB (%) (=1 na Tabela 1.a.)</b>		1,9	2,0
<b>6. Crescimento do PIB potencial (%) (=2 na Tabela 1.a.)</b>		1,9	1,9
<b>7. Hiato do produto</b>		1,6	1,7
<b>8. Componente orçamental cíclica (% PIB potencial)</b>		0,8	0,9
<b>9. Saldo ajustado do ciclo</b>		-0,9	-1,0
<b>10. Saldo primário ajustado do ciclo</b>		2,2	2,0
<b>11. Saldo estrutural</b>		-0,3	-0,5

<sup>1</sup> RT - DT = B.9; <sup>2</sup> O saldo primário é calculado pela soma de B.9 (item 1) e D.41 (item 2); <sup>3</sup> Um sinal positivo denota medidas one-off redutoras de défice.

Tabela 7. Desenvolvimentos na Dívida das Administrações Públicas

% PIB	Código SEC	2019	2020
<b>1. Dívida Bruta<sup>1</sup></b>		119,3	116,2
<b>2. Variação do rácio da dívida bruta</b>		-2,9	-3,1
Decomposição da variação do rácio da dívida bruta			
<b>3. Saldo primário (= item 3 na Tabela 2.a.)</b>		-3,1	-2,9
<b>4. Despesas com juros (= item 2 na Tabela 2.a.)</b>	D.41	3,1	3,0
<b>5. Ajustamentos défice-dívida</b>		0,9	0,9
<b>p.m.: Taxa de juro implícita na dívida<sup>2</sup></b>		2,6	2,5

<sup>1</sup> Como definido pelo Regulamento no. 479/2009 alterado. <sup>2</sup> Dado pelo rácio da despesa com juros e o saldo da dívida do ano anterior. <sup>3</sup> Saldos de AF.1, AF.2, AF.3 (consolidados para as administrações públicas), AF.511, AF.52 (se cotados em bolsa).

## 4. Projeções para a Despesa e Receita no Cenário de Políticas Invariantes

Tabela 8. Projeções da Receita e Despesa das Administrações Públicas no Cenário de Políticas Invariantes por Principais Componentes

	Código SEC	2019	2020
<b>Administrações Públicas (S13)</b>		<b>% PIB</b>	
<b>1. Receita total em políticas invariantes</b>	<b>TR</b>	<b>43,4</b>	<b>43,3</b>
das quais			
1.1. Impostos sobre a produção e importação	D.2	15,2	15,1
1.2. Impostos sobre o rendimento e património	D.5	9,9	9,9
1.3. Impostos de capital	D.91	0,0	0,0
1.4. Contribuições sociais	D.61	12,0	12,1
1.5. Rendimentos de propriedade	D.4	0,8	0,8
1.6. Outros <sup>1</sup>		5,4	5,5
p.m.: Carga fiscal (D.2+D.5+D.61+D.91-D.995) <sup>2</sup>		34,9	34,8
<b>2. Despesa total em políticas invariantes</b>	<b>TE<sup>3</sup></b>	<b>43,4</b>	<b>43,4</b>
da qual			
2.1. Despesas com pessoal	D.1	10,7	10,7
2.2. Consumo intermédio	P.2	5,4	5,4
2.3. Prestações sociais		18,4	18,4
das quais Subsídio de desemprego <sup>4</sup>	D.62+D.632	0,6	0,5
2.4. Juros	D.41	3,1	3,0
2.5. Subsídios	D.3	0,4	0,4
2.6. Formação bruta de capital fixo	P.51g	2,0	2,2
2.7. Transferências de capital	D.9	1,1	1,0
2.8. Outros <sup>5</sup>		2,3	2,4

<sup>1</sup> P.11 + P.12 + P.131 + D.39rec + D.7rec + D.9rec (exc. D.91); <sup>2</sup> Incluindo os cobrados pela UE e incluindo um ajustamento para impostos e contribuições sociais incobráveis (D.995), se apropriado; <sup>3</sup> RT - DT = B.9; <sup>4</sup> Incluindo benefícios que não em espécie (D.62) e em espécie fornecidos por produtores mercantis (D.632) relacionados com subsídio de desemprego; <sup>5</sup> D.29p+D.4p (outros que D.41p)+D.5p+D.7p+P.52+P.53+K.2+D.8.



## 5. Metas para a Receita e Despesa das Administrações Públicas

Tabela 9. Projeções da Receita e Despesa das Administrações Públicas divididas nas Principais Componentes

	Código SEC	2019	2020
<b>Administrações Públicas (S13)</b>		<b>% GDP</b>	
<b>1. Receita total</b>	<b>TR</b>	<b>43,4</b>	<b>43,3</b>
das quais			
<b>1.1. Impostos sobre a produção e importação</b>	D.2	15,2	15,1
<b>1.2. Impostos sobre o rendimento e património</b>	D.5	9,9	9,9
<b>1.3. Impostos de capital</b>	D.91	0,0	0,0
<b>1.4. Contribuições sociais</b>	D.61	12,0	12,1
<b>1.5. Rendimentos de propriedade</b>	D.4	0,8	0,8
<b>1.6. Outros<sup>1</sup></b>		5,4	5,5
<b>p.m.: Carga fiscal (D.2+D.5+D.61+D.91-D.995)<sup>2</sup></b>		34,9	34,8
<b>2. Despesa total</b>	<b>TE<sup>3</sup></b>	<b>43,4</b>	<b>43,4</b>
da qual			
<b>2.1. Despesas com pessoal</b>	D.1	10,7	10,7
<b>2.2. Consumo intermédio</b>	P.2	5,4	5,4
<b>2.3. Prestações sociais</b>		18,4	18,4
<b>das quais Subsídio de desemprego<sup>4</sup></b>		0,6	0,5
<b>2.4. Juros</b>	D.41	3,1	3,0
<b>2.5. Subsídios</b>	D.3	0,4	0,4
<b>2.6. Formação bruta de capital fixo</b>	P.51g	2,0	2,2
<b>2.7. Transferências de capital</b>	D.9	1,1	1,0
<b>2.8. Outros<sup>5</sup></b>		2,3	2,4

<sup>1</sup> P.11 + P.12 + P.131 + D.39rec + D.7rec + D.9rec (exc. D.91); <sup>2</sup> Incluindo os cobrados pela UE e incluindo um ajustamento para impostos e contribuições sociais incobráveis (D.995), se apropriado; <sup>3</sup> RT - DT = B.9; <sup>4</sup> Incluindo benefícios que não em espécie (D.62) e em espécie fornecidos por produtores mercantis (D.632) relacionados com subsídio de desemprego; <sup>5</sup> D.29p+D.4p (outros que D.41p)+D.5p+D.7p+P.52+P.53+K.2+D.8.

Tabela 10. Montantes a Excluir no Cálculo da Regra da Despesa

	Código SEC	2018	2018	2019	2020
		Nível	% PIB	% PIB	% PIB
<b>1. Despesas de programas da U.E. cobertas por receita de fundos da U.E</b>		1 085,5	0,5	0,6	0,6
1a. Dos quais investimentos cobertos por receitas de fundos da U.E		533,0	0,3	0,3	0,4
<b>2. Variações não-discrecionárias na despesa com o subsídio de desemprego<sup>1</sup></b>		-210,7	-0,1	-0,1	-0,1
<b>3. Efeitos das medidas discrecionárias do lado da receita<sup>2</sup></b>		-280,1	-0,1	0,0	0,0
<b>4. Despesas cobertas por aumentos obrigatórios da receita</b>		0,0	0,0	0,0	0,0

<sup>1</sup> Descrever a metodologia usada na obtenção da componente cíclica do subsídio de desemprego. Deve ser compatível com a despesa com o subsídio de desemprego dada pelo código 10.5 do COFOG. <sup>2</sup> Aumento das receitas imposto pela lei não deve ser incluído no efeito das medidas discrecionárias de receita; os dados relatados nas linhas 3 e 4 devem ser mutuamente exclusivos.

**Tabela 11. Classificação das Funções Governamentais**

% PIB	Código COFOG	2017
1. Serviços gerais das administrações públicas	1	7,5
2. Defesa	2	0,9
3. Segurança e ordem pública	3	1,7
4. Assuntos económicos	4	5,2
5. Proteção do ambiente	5	0,6
6. Habitação e infraestruturas coletivas	6	0,5
7. Saúde	7	6,0
8. Desporto, recreação, cultura e religião	8	0,8
9. Educação	9	4,9
10. Proteção social	10	17,3
11. Despesa total (=item 2 na Tabela 4.a)	TE	45,4

Nota: Contas nacionais base 2011. Ainda não estão acessíveis estes dados na base 2016.

## 6. Medidas Discricionárias incluídas no Projeto de Plano Orçamental

Apenas foi desenvolvido um cenário de políticas invariantes.

## 7. Comparação com o Programa de Estabilidade

Tabela 12. Diferenças face ao último Programa de Estabilidade

% PIB	Código SEC	2018	2019	2020
Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento das Administrações Públicas em Políticas Invariantes	B.9			
Programa de estabilidade		-0,5	-0,2	0,2
Projeto de Plano Orçamental		-0,4	-0,1	0,0
Diferença		0,0	-0,1	0,2

## 8. Adequação das Medidas apresentadas do Projeto de Plano Orçamental às Recomendações Específicas por País aprovadas pelo Conselho

Tabela 13. Recomendações Específicas por País

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
1	Atingir o objetivo orçamental de médio prazo em 2020, tendo em conta a permissão de desvio associada a ocorrências excecionais que justificam um desvio temporário.	Nos últimos dois anos, Portugal alcançou um ajustamento estrutural significativo, tendo superado o ajustamento anual do saldo estrutural requerido pela Comissão Europeia.
	Utilizar as receitas extraordinárias para acelerar a redução do rácio da dívida das administrações públicas.	<p>Desde 2016, o rácio da dívida pública segue em tendência decrescente. Na última notificação relativa ao PDE, o Instituto Nacional de Estatística (INE) informou que, em relação a 2018, o rácio da dívida bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIB é de 122,2%.</p> <p>De 2016 a 2018, o rácio da dívida pública em relação ao PIB diminuiu quase 10 pp. O Governo estima que em 2023 este indicador atinja um nível muito próximo de 100%. Para atingir esse objetivo, todas as receitas extraordinárias devem continuar a ser alocados à redução da dívida pública.</p>
	Melhorar a qualidade das finanças públicas, dando prioridade às despesas favoráveis ao crescimento e reforçando simultaneamente o controlo geral das despesas, a eficiência em termos de custos e uma orçamentação adequada, com especial incidência na redução duradoura dos pagamentos em atraso nos hospitais.	<p>Com o objetivo de melhorar a eficiência e o controlo da despesa na Administração Pública, nos últimos quatro anos Portugal tem vindo a empreender um exercício de revisão da despesa pública, orientado para a formulação e implementação de medidas que visam gerar melhorias duradouras da eficiência da despesa pública. O exercício de revisão da despesa cobre um leque amplo de políticas nas áreas da Saúde, Educação, Justiça, Administração Interna, compras públicas, património do Estado, Setor Empresarial do Estado e gestão de recursos humanos.</p> <p>No que concerne ao setor da saúde, foi iniciado um plano de injeção de capital em entidades do Sistema Nacional de Saúde (SNS) e reforçado o modelo de acompanhamento do seu desempenho financeiro através da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde (EMSPOS), com vista à</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas										
		<p>diminuição dos respetivos níveis de endividamento e adequado financiamento.</p> <p>Simultaneamente, as Administrações Regionais de Saúde (ARS) têm reforçado o acompanhamento permanente do desempenho das parcerias público-privadas (PPP) da Saúde.</p> <p>Há já evidência empírica de que estas iniciativas estão a produzir resultados práticos em termos de diminuição do processo de geração de dívida nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS).</p> <p>A evolução dos pagamentos em atraso (dívida vencida há mais de 90 dias) tem sido favorável em 2019, devendo registar novos mínimos no final do ano corrente. Os pagamentos em atraso diminuiram 177,8 M€, entre agosto de 2018 (775,3 M€) e agosto de 2019 (597,6 M€). Contudo, estes valores incorporam o impacto das operações financeiras que ocorreram no período em referência, nomeadamente 1.215 M€ no final de 2018 e 333,7 M€ durante o ano de 2019. A melhoria de eficiência nos hospitais e o impacto das medidas de controlo de custos deve assim ser avaliada nos termos da evolução da geração de nova dívida, ou seja, eliminando o efeito dessas injeções. Com efeito, comparando com anos passados, a redução substancial da geração mensal de dívida sugere uma alteração estrutural na gestão financeira dos hospitais:</p> <table><tr><th></th><th>Acréscimo mensal em pagamentos em atraso</th></tr><tr><td>2016</td><td>48,2 M€</td></tr><tr><td>2017</td><td>72,3 M€</td></tr><tr><td>2018</td><td>71,9 M€</td></tr><tr><td>2019 (until August)</td><td>42,9 M€</td></tr></table>		Acréscimo mensal em pagamentos em atraso	2016	48,2 M€	2017	72,3 M€	2018	71,9 M€	2019 (until August)	42,9 M€
	Acréscimo mensal em pagamentos em atraso											
2016	48,2 M€											
2017	72,3 M€											
2018	71,9 M€											
2019 (until August)	42,9 M€											
	Melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas, assegurando simultaneamente um controlo mais atempado, transparente e abrangente.	<p>A fim de garantir e acelerar a sustentabilidade financeira do setor empresarial do Estado, estão a ser adotadas, no âmbito do plano de ação para a reforma das empresas públicas, as seguintes iniciativas e medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Análise aprofundada dos planos de atividades e orçamentos das empresas públicas, garantindo uma</li></ul>										

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>melhor alocação de recursos e maior eficiência da despesa pública. Foi dado um foco especial à análise dos planos de investimento e à avaliação das necessidades de recrutamento, aumentando a conformidade entre os planos orçamentais e os objetivos das políticas de longo prazo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da monitorização através da análise de dados trimestrais, com o objetivo de identificar e corrigir oportunamente quaisquer desvios dos objetivos estabelecidos nos orçamentos aprovados; este processo está a ser implementado gradualmente e espera-se que esteja totalmente operacional em 2020;</li> <li>• Melhoria gradual da estrutura de capital das empresas, com um foco especial na redução da dívida das empresas que apresentam resultados operacionais positivos e altos níveis de dívida histórica;</li> <li>• O processo de liquidação de empresas públicas não-produtivas ou redundantes está em curso (foram encerradas 25 empresas em menos de dois anos), evitando custos estruturais desnecessários; outras empresas com resultados operacionais negativos estão a ser reestruturadas ou identificadas para liquidação;</li> <li>• Outro fator crítico que permitirá que essas empresas sejam lucrativas ou, pelo menos, mantenham de forma contínua o equilíbrio, sem a ajuda adicional do Orçamento do Estado, é a negociação e implementação de contratos para compensar certas empresas pelo serviço público prestado.</li> </ul> <p>Esses contratos são especialmente importantes para o setor dos Transportes. Neste setor, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) teve seu contrato de serviço público planeado e implementado em 2019. As negociações para o Metro do Porto e Transtejo/Soflusa foram finalizadas e devem ser aprovadas pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e implementadas até ao final do ano. As negociações com a CP e o Metro de Lisboa estão adiantadas e os dois contratos deverão ser assinados e operacionalizados antes do final do ano. Isto concluirá a criação de uma estrutura transparente e economicamente sólida para as relações financeiras entre estas empresas e o Estado, após o esforço de recapitalização realizado nos últimos anos. As recentes melhorias a nível operacional e de gestão permitiram que o setor operasse globalmente com lucros.</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>A aparente degradação do desempenho financeiro das empresas públicas em 2018 é largamente produto da forma diferenciada como foram contabilizados os fundos injetados nos hospitais no SNS entre 2017 e 2018 (em 2017 por revisão do programa orçamental da saúde, e assim com impacto nos resultados financeiros dos hospitais; em 2018, por aumentos de capital e cobertura de prejuízos, sem afetar o resultado líquido dos hospitais). Acresce que é expectável que o Setor Empresarial do Estado retome uma tendência de melhoria em 2019 também pelo dissipar do impacto negativo causado pela correção em 2018 de desequilíbrios e das medidas que haviam sido orientadas para o curto prazo (como o congelamento temporário de salários e os limites máximos de investimento). Em 2019 e 2020, o crescimento das despesas das empresas públicas voltará ao seu ritmo normal e, conseqüentemente, o setor deverá ter melhorias financeiras sustentadas.</p> <p><b>Setor da Saúde</b></p> <p>Foi lançado um novo programa para resolver os pagamentos em atraso nos hospitais através da introdução de um novo modelo de governação que prevê o aumento dos orçamentos anuais e uma monitorização conjunta mais apertada do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde. Os desenvolvimentos mais recentes são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para reduzir a dívida dos hospitais, no que respeita aos pagamentos em atraso dos hospitais a fornecedores externos e internos, foi aplicado um plano de liquidação de cinco anos num montante global de 855 M€. Foram realizadas injeções de capital (333,7 M€) para financiar a liquidação do presente ano;</li> <li>• Com o objetivo de aprovar os planos de atividades anuais, que garantem maior autonomia na contratação de profissionais e na realização de investimentos, estão a ser analisados, pela primeira vez, para o setor de saúde, pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) e pela UTAM. Até ao momento, foram aprovados três planos de atividades. Apesar da fase inicial, a análise conjunta da ACSS e da UTAM e a subsequente interação com os hospitais corporativos do SNS demonstrou ser mais minuciosa e produtiva, uma vez que combina a avaliação financeira e a operacional, fornecendo melhor informação e planeamento.</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2018, foi criada a Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde. Lançou uma série de iniciativas, a mais relevante visa um melhor financiamento e autonomia hospitalar, juntamente com medidas de aumento de eficiência. Até agora, a EMSPOS reuniu com os conselhos de administração de todos os hospitais do SNS e enviou a cada um deles recomendações específicas. A EMSPOS também elaborou um extenso relatório, que inclui uma visão geral das práticas e dificuldades da gestão hospitalar, com recomendações de políticas a serem adotadas ao nível central para melhorar a eficiência dos hospitais.</li> </ul> <p>Espera-se que este trabalho continue com a recém-criada Estrutura de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho (EAAD), uma estrutura formal dedicada à monitorização e avaliação das práticas de gestão hospitalar, coordenada pela EMSPOS, que inclui membros do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde, através das respetivas entidades de monitorização (UTAM, DGTF e ACSS).</p> <p>Entre outras iniciativas, a EMSPOS apresentou, com êxito, ao Programa de Apoio às Reformas Estruturais da UE, um projeto de avaliação e melhoria do sistema central de compras de medicamentos e dispositivos médicos; elaborou um relatório sobre o desempenho do sistema de financiamento à saúde primária, incluindo recomendações para sua melhoria; elaborou um relatório sobre o absentismo dos profissionais de saúde e as suas causas; e elaborou recomendações em várias áreas, como a codificação e monitorização do mercado dos dispositivos médicos, o desenvolvimento de orientações médicas e de centros de referência, a revisão do sistema de financiamento hospitalar ou a criação de um sistema de gestão de medicamentos, entre outras.</p> <p>Seguindo também as recomendações da EMSPOS, os Ministérios das Finanças e da Saúde estão atualmente a concluir a redação do contrato de gestão a celebrar com os conselhos de administração, que incluirá a possibilidade de haver incentivos financeiros ou multas de acordo com os indicadores de desempenho.</p>



#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
2	Adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho.	<p>Considerando o atual cenário de recuperação do mercado de trabalho, e apesar da tendência de crescimento dos contratos sem termo, o qual tem vindo a convergir com a média europeia, Portugal apresenta ainda uma significativa segmentação do mercado de trabalho, constituindo um importante objetivo político a necessária redução da incidência de contratos a tempo certo.</p> <p>Neste sentido, o Governo elegeu como prioridades políticas o combate à precariedade e a redução da segmentação do mercado de trabalho.</p> <p>Em 2019, prosseguiu-se a nova abordagem das políticas ativas do mercado de trabalho e, simultaneamente, foi implementada uma agenda mais alargada para combater o trabalho precário e fomentar um maior equilíbrio nas relações laborais. Promoveu-se um maior dinamismo da negociação coletiva e a redução da utilização indevida de contratos temporários, do falso trabalho independente e de outras formas atípicas de trabalho, com o apoio de medidas de reforço da regulamentação do mercado de trabalho.</p> <p>Na sequência da atualização do <i>Livro Verde sobre as Relações Laborais</i>, do extenso processo de debate com os parceiros sociais e do acordo tripartido assinado em 2018, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o <b>Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva</b> (Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018, de 6 de junho), conduzindo às alterações ao Código do Trabalho (já em vigor) que limitam as possibilidades jurídicas de recurso a contratos de trabalho temporários, promovendo simultaneamente contratos permanentes e garantindo o acesso à proteção social por parte dos trabalhadores precários.</p> <p>Foi adotado um vasto conjunto de medidas diretamente orientadas para a criação de emprego sustentável e duradouro, contribuindo para a redução dos níveis de segmentação do mercado de trabalho português:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação das políticas ativas do mercado de trabalho conduziu a alterações das regras e critérios subjacentes aos incentivos à contratação e aos estágios apoiados. Estas alterações redefiniram a orientação e a proporcionalidade destas medidas, reforçando o seu papel na criação de um emprego efetivo, qualificado e sustentável.</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ainda no contexto dessa reorientação das políticas ativas do mercado de trabalho, foi lançada uma nova medida – «contrato-emprego» – um incentivo de contratação com forte enfoque nos contratos permanentes, e foi criado um prémio adicional que visa promover a conversão de contratos de estágio em contratos permanentes – «prémio emprego».</li> <li>Mais recentemente, o Governo adotou a medida Converte +, criando incentivos aos empregadores para converterem contratos de trabalho não permanentes em permanentes.</li> <li>O reforço da fiscalização do cumprimento das leis laborais é também uma estratégia importante para reduzir a utilização abusiva e ilegal de contratos temporários e outras formas de trabalho atípicas. Os recursos técnicos e humanos atribuídos à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) foram reforçados, criando melhores condições para fomentar uma articulação mais profícua entre a ACT, a Segurança Social e a Autoridade Tributária. A aprovação no Parlamento de iniciativas legislativas de transferência para as autoridades laborais de responsabilidades relacionadas com a saúde e a segurança no trabalho (funcionários públicos) e de ampliação da cobertura de mecanismos especiais de reconhecimento de contratos de trabalho não declarado, também reforçaram as atribuições da inspeção do trabalho.</li> <li>Com a recente revisão do Código do Trabalho, a partir de 2021, as empresas com um uso de contratos de trabalho temporário acima da média do seu setor de atividade pagarão uma contribuição adicional à Segurança Social "por excessiva rotatividade" de trabalhadores.</li> <li>A lei que reconhece a existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado foi revista, ampliando a cobertura destes mecanismos a outras formas de trabalho, designadamente o trabalho não declarado, os falsos estágios e o falso trabalhado voluntário (Lei n.º 55/2017, de 17 de julho);</li> <li>Considerando que o serviço público deve servir como exemplo de trabalho não precário, foi continuado o programa para a regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), com vista a combater a segmentação e o trabalho precário no mercado de trabalho, em</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>particular no seio das instituições públicas e que teve como consequência a redução da contratação a termo bem como da aquisição de serviços externos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Governo lançou ainda o recrutamento centralizado para áreas transversais da Administração Pública e efetuou a revisão de várias carreiras que estavam por rever, pelo menos, desde 2009, por forma a garantir a adequação às competências mais atuais dos trabalhadores em funções públicas, e gerir a força de trabalho da Administração Pública de forma integrada e sustentável.</li> <li>• O Governo e a maioria dos parceiros sociais concordaram em reforçar o papel da regulação laboral no contexto da mediação e da conciliação, com recursos humanos adicionais atribuídos à Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), e concordaram também com novas medidas para a simplificação e modernização dos procedimentos de comunicação relacionados com os contratos de trabalho.</li> <li>• Em 2019, foi também aprovada a medida «contrato-geração», que se baseia em incentivos à contratação permanente de jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração.</li> <li>• Igualmente relevante é o enfoque na melhoria da articulação entre o serviço público de emprego e os empregadores, a fim de identificar e promover oportunidades de emprego através de novas abordagens às políticas de ativação, contribuindo para uma maior sustentabilidade das integrações no mercado de trabalho.</li> </ul> <p>Em conclusão, o Governo preserva o seu enfoque e agenda de fomentar o emprego de qualidade e de lutar contra as diversas formas de precariedade laboral, num quadro de maior dinamismo no diálogo social a todos os níveis.</p>
	Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais	Reconhecendo a importância das políticas de educação e formação de adultos para a superação dos défices de qualificações em Portugal, particularmente dos adultos em idade ativa, e para o aumento dos níveis de produtividade e competitividade, o Governo elegeu nos anos recentes e para os próximos as seguintes

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
	adequada às necessidades do mercado de trabalho.	<p>prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguir o <b>Programa Qualifica</b> e a <b>iniciativa Portugal INCoDe2030</b>, bem como a implementação do <b>Plano Nacional de Literacia de Adultos</b>, a fim de continuar a elevar as baixas qualificações, facilitando as reconversões profissionais e o regresso das pessoas desempregadas ao mercado de trabalho, ajustando ainda os percursos de formação e qualificação às necessidades do mercado de trabalho.</li> </ul> <p>O <b>Programa Qualifica</b> foi lançado em 2016 com o objetivo de garantir (i) que 50% da população ativa conclui o ensino secundário e (ii) uma taxa de participação de adultos em ações de aprendizagem ao longo da vida de 15% em 2020 e de 25% em 2025. Entre 2016 e 2018, foram lançados os fundamentos do Programa Qualifica, através da expansão e consolidação da rede de Centros Qualifica, especializada em educação e formação de adultos, atingindo o objetivo de 300 centros inscritos. Adicionalmente, foi lançado o desenvolvimento do sistema nacional de créditos de educação e formação profissional, em consonância com a estrutura modular do Catálogo Nacional de Qualificações, e a criação do "Passaporte Qualifica", permitindo não só o registo das qualificações obtidas (numa lógica curricular), mas também a identificação de competências em falta para completar uma determinada via de qualificação.</p> <p>Foi ainda criado o Portal Qualifica - uma plataforma digital que visa ser uma porta de entrada para o Programa Qualifica - e dinamizado o processo de mobilização e envolvimento de parceiros locais, os centros de emprego, os municípios e paróquias, associações empresariais e empresas, e as iniciativas dos parceiros sociais e locais foram consolidadas, a fim de desenvolver estratégias para estimular a atividade dos Centros Qualifica e estabilizar os mecanismos de aconselhamento, orientação e encaminhamento de adultos. Dentro deste quadro, nos primeiros 20 meses de execução, o Programa Qualifica alcançou cerca de 230.000 inscrições, resultando em mais de 186.000 encaminhamentos para ofertas de formação e reconhecimento, validação e certificação de competências.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 2019, o Governo tenciona reforçar a capacidade da atual rede de Centros Qualifica, através do</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>desenvolvimento de estratégias que estimulem a sua atividade e do lançamento de um novo apelo à criação de novos centros, tendo em conta a necessidade de reajustamento da Rede. No âmbito do concurso para criação de 50 novos Centros Qualifica (análise de candidaturas em curso), valorizam-se as candidaturas de entidades que, pela sua natureza, demonstrem capacidade de abrangência territorial, desenvolvam a sua atividade em setores identificados como deficitários em termos de qualificação ou junto de públicos com baixas qualificações e/ou difíceis de mobilizar para percursos de qualificação. Esta opção resulta da análise das necessidades dos territórios, com vista a alargar a capacidade de resposta a todo o território nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi lançada em 2019 uma nova campanha nacional para divulgação do Programa Qualifica, de mobilização da população adulta que apresenta níveis de escolarização baixos ou muito baixos (inferior ao ensino secundário e inferior ao 3º ciclo do ensino básico) e que, tendo frequentado formação, não obteve a qualificação.</li> <li>• Consolidação, mobilização e envolvimento dos parceiros locais (escolas profissionais, centros de formação profissional do serviço público de emprego (IEFP, I.P.), gabinetes de inserção profissional, municípios e paróquias, associações empresariais e empresas, parceiros sociais, iniciativas locais) para reforçar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) tanto académicas como profissionais. A ANQEP está a preparar um conjunto de orientações metodológicas para o desenvolvimento de processos de RVCC unidade a unidade, no sentido de apoiar a atividade dos Centros Qualifica. Independentemente do percurso em que o adulto obteve uma certificação parcial – EFA, FMC ou RVCC – passa a ser possível concluir a qualificação através de um processo de RVCC desta natureza, desde que essa seja a solução que se mostra mais adequada.</li> <li>• Implementar plenamente os mecanismos de aconselhamento, orientação e encaminhamento de adultos através dos centros de qualificação. A utilização do Passaporte Qualifica pelos Centros Qualifica é da maior importância para a qualidade da orientação e do encaminhamento que é feito. A sua utilização pelos Centros Qualifica foi assim tornada obrigatória pela ANQEP, em 2019, garantindo que a cada</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>adulto inscrito no Centro seja gerado o seu Passaporte Qualifica. Também neste sentido, está em curso o desenvolvimento da APP do Passaporte para uso em dispositivos móveis com acesso à internet. O aumento do número de utilizadores com Passaporte Qualifica tem sido significativo chegando atualmente aos 123.446 (à data de 31 de agosto de 2019).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuar a melhorar os instrumentos do sistema SIGO, em particular no âmbito das novas funcionalidades relacionadas com o profissional RVCC, bem como a integração com o Passaporte Qualifica e a ligação ao Europass.</li> <li>• Lançar a iniciativa qualifica AP, com o intuito de responder às necessidades de qualificação dos recursos humanos nos órgãos e serviços da Administração Pública, através da criação de centros qualifica AP e do estabelecimento de protocolos com os Centros Qualifica existentes. Para além dos 3 Centros Qualifica AP já criados, estão já identificados coordenadores dos Centros Qualifica AP em 6 áreas governativas. Estes coordenadores estão a proceder ao levantamento de necessidades de qualificação nos diferentes serviços, no sentido de identificar grupos de colaboradores que possam ser integrados nos Centros Qualifica AP existentes ou nos restantes Centros da rede.</li> </ul> <p>De referir ainda que, entre janeiro de 2017 e agosto de 2019, a rede de Centros Qualifica obteve os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 382.252 inscrições;</li> <li>• 314.790 encaminhamentos;</li> <li>• 291.650 certificações nas diversas modalidades de educação e formação de adultos, decorrentes da intervenção dos Centros.</li> </ul> <p>Estes dados refletem o contributo da rede de Centros Qualifica para o cumprimento dos objetivos do Programa Qualifica.</p> <p>Como esforço adicional para aumentar as qualificações da população portuguesa, o Governo desenvolverá e</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>iniciará a implementação do <b>Plano Nacional de Literacia para de Adultos</b>, a fim de combater a iliteracia e desenvolver competências básicas de leitura e escrita em adultos. Entre setembro de 2018 e setembro de 2019, decorreu a primeira fase do Plano Nacional de Literacia de Adultos. Tal como previsto, realizou-se o diagnóstico de necessidades e boas práticas, por parte de uma equipa técnica independente, e organizaram-se workshops e grupos de desenvolvimento, no sentido de mobilizar os atores e recolher a informação de base para o desenho do plano, estando atualmente o segundo <i>draft</i> do plano em análise. De referir ainda que o Plano Nacional de Literacia de Adultos que pretende combater a iliteracia e promover o desenvolvimento de competências básicas de leitura e escrita envolve a articulação com a rede de Centros Qualifica.</p> <p>No que diz respeito ao reforço das competências digitais, foi lançado em 2017 o <b>Programa INCoDe.2030</b> com o desafio crítico de aumentar em 50% o número de utilizadores sistemáticos da internet, assim como a fração de especialistas em competências digitais no mercado de trabalho até 2030. Inclui a capacitação e especialização em tecnologias e aplicações digitais e programas mobilizadores em Inteligência artificial e computação avançada, entre outras áreas emergentes, de modo a responder à crescente procura do mercado e a promover a qualificação numa economia de maior valor acrescentado, estabelecendo como uma das prioridades a preparação intensiva da população para as áreas digitais. Outro dos desafios assinalados no INCoDe.2030 prende-se com a necessidade de garantir uma forte participação nas redes internacionais de I&amp;D e de produção de novos conhecimentos nas áreas digitais.</p> <p>O Programa INCoDe.2030 inclui mais de 100 ações em 5 eixos, incluindo o reforço da capacidade de supercomputação em Portugal, em rede com a Europa, assim como o desenvolvimento de uma “Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, AI Portugal 2030”.</p> <p>O programa consagra eixos específicos para promover a inclusão digital (eixo 1), a capacitação profissional da população ativa (eixo 3) e a qualificação do emprego e a criação de maior valor acrescentado na economia (eixo 4). Neste âmbito foram já assumidas diversas iniciativas que estimulam a melhoria de competências, sendo de destacar os acordos de formação em competências digitais para requalificação de diplomados do ensino superior</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>desempregados, estabelecidos entre o IEFP e Institutos Politécnicos ou aqueles promovidos por empresas (Projetos Qualifica IT, Switch, Acertar o Rumo, Apostar em TI, Academia de Código) bem como os CTeSP nestas áreas promovidos pelos Institutos Politécnicos de Setúbal, Tomar, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco em associação com a Altran, Softinsa, Deloitte, Critical Software, BizDirect).</p> <p>Em 2019, será realizado um conjunto de ações específicas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuar a aposta em formação em TIC através do <b>programa SWitCH</b> (incluindo estágios em empresas), destinado a pessoas já em vida ativa, como estratégia de reconversão de diplomados noutras áreas;</li> <li>• Reforçar e melhorar a oferta de formação na área das <b>competências digitais no contexto específico da Administração Pública</b>, nomeadamente através dos projetos "Infoexclusão zero " e "AP digital 4,0";</li> <li>• Aumentar o número de alunos em <b> cursos de TeSP</b> (cursos técnicos superiores profissionais) nas áreas da ICET (informação, comunicação e tecnologias eletrónicas) e a ampliação de <b> cursos em metodologias de PBL</b> (aprendizagem baseada em problemas) e o lançamento de <b>CTeSP</b> na nova modalidade de um ano para reconversão e/ou formação de ativos ao longo da vida, em colaboração com as empresas;</li> <li>• Aumentar o número de <b>diplomados nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática e das áreas das TIC</b>;</li> <li>• Incentivar, entre os politécnicos, universidades e empresas, o lançamento de <b>pós-graduações e mestrados nas áreas digitais</b>.</li> </ul> <p>No âmbito e no sentido de responder às necessidades dos indivíduos e do mercado de trabalho, a ANQEP integrou unidades de formação de curta duração (UFCD) de 25 horas: "Literacia digital-iniciação" nos referenciais de formação relativos a qualificações de nível 2 do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). A sua inclusão no CNQ permitirá a disponibilização a todas as entidades formadoras cujos públicos possam beneficiar desta oferta,</p>



#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>bem como a sua integração em diversos percursos de qualificação.</p> <p>No âmbito da atualização do referencial de competências chave – nível básico, a cargo da ANQEP, pretende-se criar a área de “Competência digital” em substituição da atual área de competências-chave de “Tecnologia de Informação e Comunicação” do Referencial em vigor, considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A “competência digital” já surgia no Quadro de Referência Europeu de 2006 das Competências Essenciais para a aprendizagem ao Longo da Vida como uma das oito competências-chave.</li> <li>• A atual Recomendação do Conselho sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida refere, explicitamente, a necessidade de aumentar o nível de competências digitais básicas, tanto como base para uma maior aprendizagem como para reforçar o desenvolvimento de competências em outras áreas.</li> <li>• O Quadro Dinâmico de Referência para a Competência Digital (QDRCD) define 4 níveis para cada competência: básico, intermédio, avançado e altamente especializado.</li> </ul> <p>Assim, as unidades de competência (UC)/UFCD a construir na área de “Competência digital”, deverão ser definidas em função das áreas de competência do QDRCD e incorporar os níveis de proficiência, exigidos naquele quadro, para cada nível de certificação (com os necessários ajustes à tipologia de público-alvo que integra as modalidades de qualificação de adultos).</p> <p>Tratando-se de uma área relevante na qualificação de adultos, sobretudo, pelo papel que pode desempenhar como facilitadora e potenciadora do desenvolvimento de outras competências essenciais para uma melhor inserção social e profissional, a sua abordagem não deve centrar-se exclusivamente no desempenho com o computador e seus periféricos, mas antes nos projetos e contextos da sua utilização, uma vez que são muito variadas as tecnologias com que as pessoas interagem.</p> <p>O Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação é um instrumento que, baseado numa metodologia</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>quantitativa e qualitativa, permite a atribuição de níveis de relevâncias a todas as qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações, em todas as NUT III de Portugal Continental. As relevâncias produzidas são uma informação que tem efeitos no processo de planeamento e ordenamento da rede de ofertas de educação e formação. O SANQ é revisto de três em três anos, estando a próxima revisão prevista para 2020. Este instrumento prevê a participação voluntária das CIM/AM na metodologia de produção de relevâncias ao nível da NUT III. Neste momento, 16 das 23 CIM/AM já aderiram ao SANQ.</p>
	<p>Aumentar o número de licenciados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação.</p>	<p>Em termos globais, considerados todos os domínios, em 2019, é estimado que metade dos jovens de 20 anos residentes em Portugal frequentem o ensino superior, representando um aumento de quase 25% de estudantes em relação a 2015 (cerca de 10.000 estudantes entre 2015 e 2019). O número de diplomados aumentou 9,3% entre 2015/16 e 2017/18 (últimos dados disponíveis). Em 2018/19 inscreveram-se no ensino superior 385.247 alunos, mais 12.494 do que no ano letivo anterior. Desse modo o número de inscritos cresceu 8% entre 2015/16 e 2018/19.</p> <p>No que se refere especificamente aos domínios aqui em causa, a estratégia adotada por Portugal tem assentado na promoção das áreas relevantes para o desenvolvimento das competências digitais, entre as quais se enquadram, entre outros, o domínio das ciências e das tecnologias da informação.</p> <p>A par com a consolidação da Iniciativa Nacional de Competências Digitais, INCoDe.2030, no processo de fixação de vagas de formação inicial no ensino superior público, o Governo tem recomendado o aumento da oferta formativa nas áreas relevantes para as ciências, tecnologias e domínios de competências digitais (áreas de ciências da vida, ciências físicas, matemática e estatística, informática, engenharia e técnicas afins, ciências dos dados).</p> <p>Em virtude disso o número de estudantes colocados em ciclos de estudos que visam a formação em competências digitais na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso aumenta 4% (crescimento de 6.220 para 6.486 colocados) face a 2018, seguindo a tendência de crescimento sucessivo que já se evidencia desde 2016.</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		Considerando todas as vias de ingresso em cursos de formação inicial, o número de inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, aumenta 60% entre 2015/16 e 2018/19 (7.858 inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, em 2015/16 e 12.589 em 2017/18).
	Melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social.	<p>A legislatura foi marcada por um reforço da proteção social transversal a todas as áreas da Segurança Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As <b>pensões e complementos</b> registaram entre 2015 e 2019 um crescimento de 14%.</li> <li>• O mecanismo automático de atualização anual das pensões regular em vigor desde 1 de janeiro de 2016 foi reposto, tendo todas as pensões abaixo de 1,5 IAS sido atualizadas acima da inflação e todas as pensões entre 1,5 IAS e 6 IAS atualizadas de acordo com a inflação.</li> <li>• Atualização extraordinária para pensionistas com pensões até 1,5 IAS em agosto de 2017, em agosto de 2018 e em janeiro de 2019.</li> <li>• Criação do complemento extraordinário para pensões de mínimos, com vista a incorporar o valor dos aumentos extraordinários (de 2017 a 2019) nas pensões de mínimos para pensionistas com rendimentos inferiores a 1,5 IAS.</li> <li>• Em outubro de 2017, a reforma antecipada sem penalização no valor das pensões, foi estabelecida para quem tem carreiras contributivas muito longas ou iniciou a sua carreira contributiva em idade muito jovem, e o universo de pensionistas abrangidos foi alargado a partir de outubro de 2018, no âmbito da reavaliação do regime das pensões antecipadas por flexibilização, com discussão em sede de concertação social. Este universo de pessoas passou a ter acesso à pensão sem as penalizações aplicáveis no anterior regime.</li> <li>• Reforço do <b>apoio aos desempregados de longa duração</b> (DLD), através do aumento do limiar dos rendimentos a considerar na condição de recursos para acesso ao subsídio social de desemprego subsequente, para os beneficiários que, cumulativamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Tenham iniciado o subsídio de desemprego aos 52 ou mais anos;</li> </ul> </li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Tenham esgotado o subsídio de desemprego inicial;</li> <li>○ Reúnam as condições de acesso à reforma antecipada por desemprego de longa duração.</li> </ul> <p>• O apoio pecuniário de carácter extraordinário a desempregados de longa duração, em vigor desde março de 2016 com a Lei do Orçamento do Estado (OE) desse ano e com seguimento nas Leis do OE 2017 e do OE 2018, mantém-se, tendo em 2018 sido reduzido o período após o qual os desempregados podem ter acesso ao apoio, permitindo acautelar a manutenção de rendimentos aos DLD.</p> <p>• Retoma da <b>atualização anual do Indexante de Apoios Sociais (IAS)</b>, com impacto no cálculo das pensões e de várias prestações sociais - Subsídio Social de Desemprego, Subsídio de Doença, Subsídio por Morte, etc. O IAS tem sido atualizado 0,5% acima do valor da inflação a partir de 2017 contribuindo para garantir a recuperação do poder de compra de todos os beneficiários das prestações com base no IAS.</p> <p>• <b>Abono de família</b>, para promoção do aumento da natalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aumento da majoração para as famílias monoparentais (de 20% para 35%);</li> <li>○ Desde 2017, mais de 100.000 crianças entre os 12 e os 36 meses, dos primeiros três escalões, beneficiaram anualmente de aumentos bastantes significativos, representando aumentos anuais comparativamente a 2015 entre os 852 e 1.380 euros;</li> <li>○ Reposição do 4.º escalão de rendimentos até aos 36 meses, em 2017, com nova atualização efetuada em 2018;</li> <li>○ Aumento do abono de família para as crianças entre os quatro e os seis anos de idade em todos os escalões a partir de 2019;</li> <li>○ Majoração para os segundos ou mais filhos desde o nascimento até aos 36 meses.</li> </ul> <p>• Criação da nova <b>Prestação Social para a Inclusão (PSI)</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Foi criada a Prestação Social para a Inclusão com vista ao reforço dos recursos das pessoas com deficiência e eliminada a aplicação do fator de sustentabilidade na convolação da pensão de invalidez</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>em pensão de velhice, evitando um corte significativo nos montantes de pensões destes beneficiários;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Introdução em 2019 do alargamento do da proteção às crianças e jovens com deficiência.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O orçamento do <b>Rendimento Social de Inserção (RSI)</b> registou entre 2015 e 2019 um aumento de mais 33%.</li> <li>• Foi reposta a escala de equivalência do RSI que vigorou até 2012, ou seja, foi reposto faseadamente o valor de referência do RSI que vigorava antes da redução operada em 2013. Em 2019 o RSI passará a ser atualizado também de acordo com o IAS.</li> <li>• <b>Complemento Solidário para Idosos (CSI)</b> registou entre 2015 e 2019 um aumento de 34%: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aumento dos valores de referência em 2016, com atualização em 2017 e 2018, efetuada em linha com a evolução dos preços e em harmonia com a atualização das pensões, originando um valor correspondente a um novo limiar anual por idoso e por casal de idosos;</li> <li>○ Estendido aos pensionistas em regimes de antecipação de reforma específicos a partir de janeiro de 2014 (como o regime de flexibilização da idade de pensão de velhice ou de antecipação de pensão por desemprego involuntário de longa duração, por exemplo), permitindo um complemento ao seu rendimento mensal face ao nível de penalizações elevados aquando da atribuição da pensão;</li> <li>○ Alargamento em 2019 do CSI no combate à pobreza dos pensionistas de invalidez que não beneficiem da PSI.</li> </ul> </li> <li>• Aumento dos valores da <b>Bonificação por Deficiência</b> e o aumento do montante mensal do <b>Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa</b>, prestações que não eram atualizadas desde 2009.</li> <li>• O orçamento da <b>Ação Social</b> registou um aumento 16%, entre 2015 e 2019.</li> </ul>
3	Focalizar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação, nos transportes ferroviários e infraestruturas portuárias, na transição energética e para uma economia	A <b>política económica</b> está direcionada para os principais constrangimentos estruturais do país, como sejam a necessidade de aumentar o valor acrescentado e a intensidade tecnológica e de conhecimento no setor produtivo (prioridade à investigação e inovação em áreas de especialização inteligente); a resposta aos novos

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
	<p>hipocarbónica, e no alargamento das interconexões energéticas, tendo em conta as disparidades regionais.</p>	<p>desafios sociais e à necessidade de se acelerar a transição para uma economia de baixo carbono; o reforço das competências e das qualificações quer dos trabalhadores, quer dos empresários (com estratégias de negócio pouco sofisticadas); a diminuição dos custos de contexto (desburocratização dos serviços públicos, melhor acesso ao financiamento, melhores redes de transportes e logística, e maior facilidade no acesso aos mercados de exportação).</p> <p>Os <b>apoios dos fundos estruturais no domínio da Competitividade e Internacionalização</b> estão alinhados de forma significativa com as REP, sendo de realçar os apoios à I&amp;D em áreas de especialização inteligente nos diferentes territórios; a valorização do conhecimento científico e tecnológico e sua transferência para o tecido empresarial; o reforço do empreendedorismo qualificado e a adoção de estratégias empresariais mais sofisticadas; a realização de investimentos inovadores e que reforcem a competitividade e internacionalização dos negócios (aumento das exportações e do seu valor acrescentado); reforço dos investimentos na transição energética e na economia circular; reforço do acesso das PME a capital alheio e melhoria das condições de capitalização das empresas; a criação de emprego, de forma particular, o emprego qualificado, e a formação de ativos; o reforço do investimento no transporte ferroviário (de forma particular no desenvolvimento das RTE-T), nos portos e modernização da logística.</p> <p>A <b>reprogramação do Portugal 2020</b>, aprovada em dezembro de 2018, veio reforçar a dotação necessária à manutenção do apoio ao investimento empresarial inovador, imprescindível ao aumento da produtividade e competitividade internacional da economia e à mudança do perfil de especialização da economia, ao mesmo tempo que continuou a estimular o investimento empresarial em territórios de baixa densidade, promovendo a criação de emprego e a atratividade desses territórios e, logo, a coesão territorial.</p> <p>Com uma aposta em setores transacionáveis e internacionalizáveis, os <b>projetos apoiados</b> têm contribuído para a internacionalização da economia portuguesa e para o aumento das suas exportações, que têm constituído, nos últimos anos, um importante motor do crescimento económico. Estas representaram, em 2018, 43% do PIB (um aumento de 14 p.p. em 10 anos), com a taxa de cobertura das importações a atingir valores superiores a 100%</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>desde 2012, evolução que se traduziu num saldo positivo da Balança de Bens e Serviços, tradicionalmente deficitária<sup>1</sup>.</p> <p>Destacam-se alguns resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 mil empresas apoiadas pelos Sistemas de Incentivos do PT2020 (5.900 no âmbito de projetos de internacionalização), responsáveis por um investimento elegível de 9 mil M€;</li> <li>• Perspetiva de aumento de 76% das exportações das empresas apoiadas, do pré ao pós-projeto;</li> <li>• 3.500 projetos aprovados de I&amp;D e transferência de conhecimento, enquadrados em domínios prioritários de especialização inteligente;</li> <li>• 716 empresas apoiadas em projetos de cooperação com instituições de investigação, promovendo a transferência e valorização do conhecimento;</li> <li>• 571 km de linhas férreas intervencionadas.</li> </ul> <p>O desenvolvimento da economia implica, entre outras coisas, a modernização da <b>rede ferroviária nacional</b> e a salvaguarda do serviço público ferroviário, com impactos na qualidade do serviço e na melhoria das ligações aos portos, a Espanha e ao resto da Europa, contribuindo para a conectividade do território, para a integração no mercado ibérico e europeu e para a internacionalização da economia portuguesa.</p> <p>Ferrovia 2020 é o plano de investimentos para o desenvolvimento do sistema ferroviário nacional, com vista ao reforço da capacidade da rede, da redução dos custos de transporte, da diminuição dos tempos e trajetos e da melhoria das condições de segurança e fiabilidade.</p> <p>Financiado essencialmente através do PT 2020 e da Facilidade Conectar a Europa (CEF), este programa encontra-se em plena execução nos quatro principais corredores ferroviários: corredor internacional norte,</p>

<sup>1</sup> GEE, Indicadores de Atividade Económica, valores a preços constantes.

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>corredor internacional sul, corredor Norte-Sul e ainda nos corredores complementares.</p> <p>No total, estão em obra mais de 200 km de linhas ferroviárias, envolvendo um investimento superior a 170 milhões de euros.</p> <p>- Obras Concluídas: Linha do Norte: Alfarelos / Pampilhosa e Valadares/Gaia; Linha da Beira Alta: Luso-Trezói; Linha do Minho: Troço Nine/Viana do Castelo; Linha do Douro: Troço Caíde/Marco;</p> <p>- Obras em curso: Linha do Minho: Troço Viana do Castelo /Valença; Corredor Internacional Norte: Linha da Beira Baixa: Covilhã-Guarda e Linha da Beira Alta: Troço Guarda/Cerdeira; Corredor Internacional Sul: Elvas-Fronteira e Linha a construir entre Évora Norte e Elvas: Troço Freixo/Alandroal.</p> <p>- Obras a consignar: Corredor Internacional Sul, Linha a construir entre Évora Norte e Elvas: Troços Évora Norte/Freixo e Alandroal/Linha do Leste.</p> <p>- Concursos para obras lançados em 2017-2019: Corredor Norte-Sul: Linha do Norte – Troço Espinho/Gaia; Corredor Internacional Norte – Linha da Beira Alta: Troço Pampilhosa/Mangualde e Concordância da Pampilhosa; Corredores complementares: Linha do Oeste – Troço Meleças/Torres Vedras.</p> <p>Ao mesmo tempo, está em desenvolvimento um programa de investimento em material circulante, com um investimento de 45M€ em quatro anos para recuperar o material circulante encostado há largos anos e que permitirá reforçar a curto prazo a frota da CP e, consequentemente, melhorar o serviço prestado à população.</p> <p>Adicionalmente está em curso o concurso para aquisição de 22 composições para o serviço regional no Douro, Oeste e Alentejo (12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas), cuja entrega deverá ocorrer em 2023/2024 e cujo investimento ronda os 168 milhões de euros.</p> <p>Finalmente, e como forma de dar resposta a curto prazo, a CP alugou 4 unidades UTD592 à RENFE.</p> <p>Este investimento está a ser feito a par com a contratação de 120 trabalhadores para a CP e de 67 trabalhadores para a EMEF e dos demais trabalhadores necessários para substituir aqueles que cessaram o seu vínculo com a</p>



#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>empresa por causa não imputável à mesma e que acrescem às contratações efetuadas nos últimos anos.</p> <p>Ao nível das <b>interligações energéticas</b>, em particular as interligações elétricas, Portugal têm promovido iniciativas tendentes ao reforço das mesmas ao nível da Península Ibérica com o objetivo de reforçar a atual capacidade com vista a uma maior integração no mercado europeu de energia. Assim, foram mantidos contactos com o Reino de Espanha e com a República da França sobre o reforço das interligações energéticas, no quadro da União da Energia, de modo a garantir um reforço da integração da Península Ibérica no mercado interno de energia. Foi ainda aprovado o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade para o período 2018-2027 (PDIRT-E), no qual, entre outras importantes infraestruturas, se encontra prevista a construção de uma nova interligação elétrica entre Portugal (Minho) e Espanha (Galiza). Adicionalmente, está em conclusão o “Estudo de viabilidade da interligação elétrica entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos” acerca da potencial construção de uma interligação elétrica entre os dois países, prevendo-se para 2019 a apresentação dos resultados desse estudo.</p> <p>A preocupação de garantir o foco da política económica do país está igualmente presente nos trabalhos de planeamento estratégico para a próxima década. Neste âmbito, importa destacar que, no âmbito do Acordo entre o XXI Governo Constitucional e o maior partido da oposição e tal como referido no Programa Nacional de Reformas, as <b>agendas temáticas para a Estratégia 2030</b> concretizam o foco da política económica em 4 áreas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade – colocando as pessoas no centro das nossas preocupações, a fim de promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo aos desafios demográficos, mas também com um forte investimento na melhoria das qualificações da população, combatendo assim as desigualdades primárias;</li> <li>• Inovação e qualificação como motores do desenvolvimento, assentando na tripla qualificação de empresas, recursos humanos e instituições, bem como na promoção da Sociedade do Conhecimento;</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Um País competitivo externamente e coeso internamente, pretendendo-se dar corpo a uma visão renovada sobre o território, com respostas efetivas para diferentes desafios como a competitividade das redes urbanas, a projeção da faixa atlântica, a promoção das potencialidades específicas dos territórios de baixa densidade e a afirmação no mercado ibérico;</li> <li>Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos, integrando diversas áreas de política fundamentais à prossecução do objetivo de atingir uma sociedade e economia descarbonizada, que utilize eficientemente e maximize o potencial dos seus recursos endógenos.</li> </ul> <p>Para as áreas identificadas na REP, destacam-se particularmente as agendas “Inovação e qualificação como motores do desenvolvimento”, “Um país competitivo externamente e coeso internamente” e “Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos”.</p>
4	<p>Permitir uma execução mais rápida das garantias associadas a empréstimos não produtivos, aumentando a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação.</p>	<p>A <b>reforma do direito da insolvência</b> operada pelo Decreto-Lei n.º 79/2017 de 30 de junho restringiu o acesso a procedimento especial de revitalização a empresas não insolventes, direcionando-as para o processo de insolvência, no qual foram introduzidas alterações que permitem maior celeridade na fase de verificação e recuperação de créditos e maior transparência na liquidação, mediante a introdução da regra dos leilões eletrónicos, duas fases diagnosticadas como as mais problemáticas no processo de insolvência.</p> <p>No que diz respeito à <b>recuperação de empresas</b>, a Lei n.º 6/2018 prevê a criação da figura de Mediador de Recuperação de Empresas (MRE), que será um possível interventor em processos no âmbito do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), com qualificação técnica e experiência profissional relevante na área da gestão ou da assessoria empresarial, sendo previamente acreditado pelo IAPMEI e tendo também frequentado formação específica para o desenvolvimento desta atividade.</p> <p>O MRE terá como principal função prestar assistência técnica a empresas em processos de RERE, nomeadamente no quadro das negociações com os seus credores, com o propósito de alcançar um acordo</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>extrajudicial de reestruturação que viabilize a sua recuperação.</p> <p>Encontra-se em fase de elaboração um conjunto de medidas legais e tecnológicas que facilitará a transmissão de carteiras de créditos e o respetivo reconhecimento em processos judiciais. Entre as medidas previstas, estão: a criação de um balcão único da Autoridades Tributária e da Segurança Social para a gestão articulada dos créditos públicos e participação em processos de reestruturação, e a concessão de estímulos, nomeadamente de índole fiscal, à diversificação dos instrumentos de investimento em PME.</p> <p>No que toca à eficiência nos <b>processos de insolvência</b>, o Governo aprovou no Decreto-Lei n.º 42/2019, relativo aos processos e procedimentos conexos com as operações de cessão de créditos em massa, com recurso aos meios tecnológicos apropriados. A agilização do mercado no que toca à transação de carteiras de crédito contribui significativamente para a melhoria das condições de financiamento das empresas e para a redução dos níveis de créditos não produtivos. Cria-se, assim, um regime simplificado para a cessão de carteiras de créditos, dispensando a habilitação processual dos adquirentes em cada um dos processos em que o crédito adquirido esteja a ser exigido e simplificando-se as operações registais associadas.</p> <p>Adicionalmente, e não obstante a recuperação do investimento que se fez sentir nos últimos anos ser uma realidade, não deixa de ser verdade também que o nível de <b>diversificação do financiamento empresarial</b> continua também a ser mais baixo do que o desejável, com excessiva concentração da dívida no setor bancário. O aumento do crescimento potencial da economia nacional continua a passar, por isso, pela prossecução de uma estratégia de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade da dívida, bem como a diversificação de fontes de financiamento por parte das empresas. Em execução desde 2016, o <b>Programa Capitalizar</b> tem por objetivos: i) melhorar as condições de acesso ao financiamento das pequenas e médias empresas, com oferta mais diversificada de instrumentos de apoio; ii) reforçar a autonomia financeira das empresas, através do estímulo fiscal ao financiamento por capitais próprios e iii) impulsionar a regeneração de empresas economicamente viáveis, promovendo uma atuação preventiva, numa fase precoce, com recurso a novos instrumentos de recuperação. Para tal, foi desenhado um conjunto de medidas através do qual se pretende atuar</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>nos seguintes domínios estratégicos: Alavancagem de Financiamento e Investimento; Fiscalidade; Reestruturação Empresarial; Simplificação Administrativa e Enquadramento Sistémico; e, por último, Dinamização do Mercado de Capitais.</p> <p>Até à data, o Programa Capitalizar tem um nível de execução de 94%, respeitante a 79 entre 84 medidas. A continuação da sua execução ao longo do ano de 2019 tem vindo a implicar os seguintes esforços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contínua dinamização dos instrumentos financeiros disponibilizados à economia e aceleração de novos instrumentos em fase de conceptualização destinados, designadamente, ao estímulo do mercado de capital de risco português e ao apoio às empresas exportadoras no sentido de otimizar o seu valor potencial, alcançar os destinatários para que foram desenhados e manter assim a atual retoma do investimento empresarial.</li> <li>• Operacionalização de novos instrumentos financeiros no âmbito da reestruturação empresarial, através da disponibilização à economia portuguesa de fundos (<i>new money</i>, aportando melhores condições de <i>funding</i> obtidas juntos de instituições financeiras internacionais), designadamente a empresas que reestruturaram a sua dívida recentemente e que enfrentam elevados custos de financiamento bancário.</li> <li>• Lançamento de uma linha de financiamento que promova a realização de operações de capital reversível, ou seja, a aquisição de participações sociais em PME, convertíveis, a médio prazo, em empréstimos uma vez atingidos os objetivos de negócio inicialmente definidos pelas PME e utilizando as SIMFE como veículo de investimento, as quais devem ser cotadas em bolsa, permitindo, assim, que as PME acedam ao mercado de capitais, sem perda do controlo total da empresa.</li> <li>• Implementação de um mecanismo de gestão articulada dos créditos públicos, através da instituição de um ponto único de contacto – Balcão Único - entre a Autoridade Tributária e a Segurança Social para participação de forma coordenada em processos de reestruturação empresarial, tendo em vista a sua eficácia.</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e difusão do Mecanismo de Alerta Precoce (<i>early warning</i>), disponibilizando uma ferramenta de suporte à tomada de decisão e à antecipação de intervenção das empresas, através da qual se faculta aos gestores uma análise de fácil leitura e com sugestões práticas de atuação sobre a situação económica e financeira da sua empresa.</li> <li>• Lançamento e difusão de um Mecanismo de centralização da informação (Portal de Financiamento) sobre Linhas de Crédito, Capital de Risco, <i>Business Angels</i>, Seguros de Crédito e Benefícios Fiscais para os empresários e demais atores relevantes na procura e oferta de financiamento com apoios públicos.</li> <li>• Consolidação e materialização do alargamento do mandato de funções da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) através da realização de operações de intermediário grossista no financiamento da banca comercial (operações de <i>on-lending</i> e <i>arrangement</i>), da implementação e gestão de instrumentos financeiros financiados por outros programas europeus de apoio às empresas (ex.: COSME) e do recurso a outras fontes de financiamento para a prossecução das suas atribuições (ex.: BEI, Fundo Europeu de Investimento Estratégicos - FEIE).</li> <li>• Concretização da reestruturação das entidades financeiras na esfera do Ministério da Economia que atuam enquanto facilitadores do acesso ao crédito e capital por parte das empresas, garantindo maior eficiência e coerência da atuação pública neste âmbito através da otimização dos instrumentos disponibilizados.</li> <li>• IFD lançou uma Linha de Financiamento a Empresas em Processos de Pós-Reestruturação, Modernização e Capitalização, estruturada para melhorar o acesso ao financiamento por parte de empresas recentemente sujeitas a planos de reestruturação de dívida que apresentem perspetivas de viabilidade económica. Esta linha tem por base um contrato de empréstimo de 100 M€ entre o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) e a IFD.</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>Finalmente, destaca-se a importância da manutenção do acesso ao financiamento no contexto de empréstimos não-produtivos, processos de insolvência e de recuperação. Desde 2016 e até 31 de agosto de 2019, foram contratadas 72 mil operações de crédito com garantia mútua, no montante de 8,2 mil M€. Desta forma estima-se que foram apoiados 1,1 milhões de empregos relativos a 69 mil empresas, das quais 86% são micro ou pequenas empresas. Em paralelo, existem 16 fundos de capital de risco ativos e 59 <i>business angels</i> financiados.</p>
	<p>Reduzir a carga administrativa e regulamentar que pesa sobre as empresas, principalmente através da redução dos obstáculos setoriais ao licenciamento.</p>	<p>Diferentes medidas contribuem para a redução da carga administrativa que pesa sobre as empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Implementação da ferramenta «Custa Quanto»</b>, adotando-se uma metodologia de avaliação de impacto económico e concorrencial dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos para as empresas, garantindo, assim, a existência de uma verdadeira barragem regulatória que promova a redução dos encargos administrativos globais e setoriais. Em 2018, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2018, de 8 de junho, este modelo de avaliação prévia de impacto legislativo tornou-se definitivo, passando também a aplicar-se a projetos de propostas de lei a aprovar pelo Governo e a quantificar os impactos, não só sobre as empresas, mas também sobre os cidadãos. Dados relativos aos relatórios de avaliação de impacto legislativo realizados no ano de 2018, mostram que, no caso das empresas, dos 114 relatórios, 8 reduziram os encargos para as empresas, 40 mantiveram os encargos, 15 assinalaram um aumento e 51 não detetaram encargos para as empresas. Globalmente foi quantificada uma diminuição de encargos de cerca de 18 M€. Por sua vez, dos 80 relatórios que respeitavam ao impacto sobre os cidadãos, 6 reduziram os encargos, 23 mantiveram os encargos, 4 assinalaram aumentos e 23 não detetaram quaisquer encargos.</li> <li>• Publicação do Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro, <b>simplificando-se o preenchimento dos anexos A e I da declaração de Informação Empresarial Simplificada (IES)</b>, relativos aos elementos contabilísticos das empresas. Diminuição de encargos para as empresas estimada em 5.235 M€.</li> <li>• Publicação do Decreto-Lei n.º 52/2018, de 25 de junho, que <b>cria a certidão online das Pessoas Coletivas</b></li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p><b>e que visa dispensar determinadas entidades de solicitar uma certidão, em papel, comprovativa da sua inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas.</b> Diminuição de encargos entre 9,656 M€ e 17,781 M€.</p> <p>O <b>Programa Simplex</b> é um importante instrumento de concretização da estratégia do Governo na área da simplificação e modernização administrativa. O Balanço da edição de 2018 do Programa encerrou com uma taxa de execução de 83%. A Comissão Europeia suscitou interesse pelo Simplex e solicitou à EY que procedesse a um estudo de avaliação de impacto de 40 medidas das edições de 2017 e 2018, de forma <i>ex-ante</i> ou <i>ex-post</i>. O referido estudo identificou e quantificou poupanças monetárias de 267,8 M€ e de tempo na ordem das 17,9 milhões de horas.</p> <p>A nova edição do programa para o ano de 2019, a concluir em 2020 (iSimplex), assenta em 5 eixos (interagir uma só vez, partilhar e reutilizar, digital por omissão, economia comportamental e tecnologias emergentes), dos quais se destacam várias medidas que visam reduzir encargos administrativos sobre as empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DR Única</b> - Fundir a Declaração de Remunerações (Segurança Social) e a Declaração Mensal de Remunerações (Autoridade Tributária e Aduaneira), recolhendo toda a informação a partir de uma declaração de remunerações única, mensal, apresentada junto da Segurança Social, que a transmitirá à Autoridade Tributária e Aduaneira.</li> <li>• <b>IVA Pré-preenchido</b> - Alargar o pré-preenchimento da declaração periódica de IVA de sujeitos passivos com situações fiscais mais simples, com recurso a dados do sistema E-Fatura e com aumento do número de campos pré-preenchidos, designadamente o referente ao IVA dedutível.</li> <li>• <b>Segurança Social e Fundos 3 em 1</b> - Criar uma plataforma única de comunicação à Segurança Social, ao Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) e ao Fundo de Garantia de Compensação de Trabalho (FGCT) dos elementos relativos à celebração, alteração e cessação de contratos de trabalho.</li> <li>• <b>Via Verde para o Investimento</b> - Criar um procedimento simplificado de apreciação e validação de projetos</li> </ul>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>de investimento com especial relevância, garantindo que os mesmos possam ser apreciados no seu conjunto e num "ato único", emitido por uma só entidade, designadamente através (i) de uma utilização mais expressiva das conferências procedimentais deliberativas previstas no Código do Procedimento Administrativo e (ii) do reforço da figura do "gestor de procedimento", aumentando as suas competências e criando uma equipa profissionalizada para esse efeito.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Anexo SS simplificado</b> - Simplificar o anexo SS à Declaração Modelo 3 do IRS, dispensando a inclusão de informação redundante.</li> <li>• <b>IES Pré-preenchida</b> - Utilizar dados já comunicados pelas empresas para pré-preencher campos da Informação Empresarial Simplificada (IES) e eliminar campos ou quadros que se demonstrem desnecessários.</li> <li>• <b>IMPIC uma só vez</b> - Possibilitar ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) a obtenção, por via da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública, das informações necessárias ao cumprimento das obrigações previstas no artigo 46.º da Lei n.º 83/2017, desonerando-se as empresas de comunicar ao IMPIC informação de que o Estado (designadamente o Instituto dos Registos e do Notariado e a Autoridade Tributária e Aduaneira) já dispõe.</li> <li>• <b>Portugal 2030: Simplificar o Futuro</b> - Simplificar o acesso ao financiamento no âmbito dos Fundos Europeus no próximo período de programação 2021-2027, [i] identificando possibilidades concretas de redução de informação a apresentar pelos beneficiários ao longo de todo o ciclo de vida da operação (candidatura, execução e encerramento), [ii] diminuindo os custos de prestação de informação e [iii] promovendo o acesso a informação de maior qualidade.</li> <li>• <b>Espaços Cidadão de Nova Geração</b> - Melhorar o funcionamento dos Espaços Cidadão, adaptando-os às necessidades dos utentes, designadamente reformulando o catálogo de serviços para que estas estruturas de atendimento presencial de proximidade prestem os serviços mais procurados de entre os disponibilizados</li> </ul>



#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>pela Administração Pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>eCompensa</b> - Desenvolver um quadro regulatório que permita criar plataformas eletrónicas devidamente credenciadas para efeitos de compensação multilateral e voluntária de créditos.</li> </ul> <p>No que toca ao licenciamento, convém relembrar uma das medidas constantes do Programa Nacional de Reformas de 2019:</p> <p><b>Integração de processos de licenciamento no Balcão do Empreendedor</b> - com o objetivo de simplificar os processos de licenciamento e concentrar os serviços num único ponto de contacto, esta medida visa facilitar a atividade empresarial, por via da concentração dos serviços eletrónicos e comunicações com o Estado num único ponto, reduzindo assim os encargos das empresas na obtenção de informação e submissão diferenciada de serviços eletrónicos nos portais públicos. A par do lançamento do portal ePortugal, foi também lançada a primeira versão do “Espaço Empresa online”, contando já com 298 serviços disponíveis, e a Plataforma do Mar que constitui um ponto de acesso único a toda a informação e aos processos de licenciamento relacionados com a atividade económica em meio marinho.</p>
	<p>Elaborar um roteiro para reduzir as restrições nas profissões altamente regulamentadas.</p>	<p>Foi lançada a 28 de dezembro de 2017 uma nova página (<a href="https://lnkd.in/gmWaCym">https://lnkd.in/gmWaCym</a>) no balcão do empreendedor referente ao reconhecimento das qualificações profissionais. Desta forma passa a estar disponível informação sobre as profissões reguladas e regulamentadas em Portugal e os procedimentos de reconhecimento de qualificações profissionais no âmbito da Diretiva 2005/36/CE.</p> <p>Enquadrado na Diretiva n.º 2006/123/CE (pacote serviços no mercado interno), foi desenvolvido um estudo, pela Autoridade de Concorrência (AdC) em cooperação com a OCDE, sobre potenciais restrições no acesso e exercício dum conjunto de profissões regulamentadas, sendo avaliados os graus de restrição em cada profissão (abrangendo profissões de advogado, notário, solicitador, oficial de justiça, agente de execução, engenheiro técnico, contabilista certificado e farmacêutico) e ponderadas as subjacentes motivações de interesse público. Este estudo está em fase de análise de forma a determinar a sua implementação e respetivas medidas.</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p>Estas conclusões foram apresentadas num evento público conjunto, tendo a OCDE apresentado um relatório contendo um conjunto de recomendações, intitulado "Avaliações da OCDE de Impacto Concorrencial: Portugal" (<a href="http://www.oecd.org/daf/competition/portugal-projeto-de-avaliacao-de-impacto-concorrencial.htm">http://www.oecd.org/daf/competition/portugal-projeto-de-avaliacao-de-impacto-concorrencial.htm</a>) e a AdC, apresentando as linhas estratégicas do seu "Plano de Ação para a Reforma Legislativa e Regulatória", adotado na sequência das recomendações da OCDE, contendo propostas de reforma legislativa e regulatória pró-concorrenciais, que representam benefícios estimados em cerca de 380 milhões de euros anuais para a economia portuguesa (<a href="http://www.concorrencia.pt/vPT/Noticias_Eventos/Comunicados/Paginas/Comunicado_AdC_201809.aspx">http://www.concorrencia.pt/vPT/Noticias_Eventos/Comunicados/Paginas/Comunicado_AdC_201809.aspx</a>).</p> <p>Prosseguem as diligências para a implementação do referido Plano de Ação, que visam a promoção e acompanhando da implementação das necessárias reformas legislativas e regulatórias pró-competitivas nos dois setores avaliados, junto do decisor público, procurando contribuir para a promoção da produtividade e competitividade dos setores, na economia portuguesa. Destaca-se ainda que, em julho de 2018, a AdC adotou e publicou as suas "Linhas de Orientação de Avaliação de Impacto Concorrencial de Políticas Públicas" (<a href="http://www.concorrencia.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Linhas_Orientacao/Paginas/Linhas-de-Orientacao-de-Avaliacao-de-Impacto-Concorrencial-de-Politicas-Publicas.aspx">http://www.concorrencia.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Linhas_Orientacao/Paginas/Linhas-de-Orientacao-de-Avaliacao-de-Impacto-Concorrencial-de-Politicas-Publicas.aspx</a>).</p>
	Aumentar a eficácia dos tribunais administrativos e fiscais, em especial através da redução da duração dos processos.	<p>Prossegue-se a concretização dos objetivos de aproximar a justiça aos cidadãos e garantir a qualidade do serviço público da Justiça, facilitando o acesso à informação, aumentando a transparência, a comunicação e o acesso dos utilizadores dos serviços da Justiça.</p> <p>O foco na melhoria da capacidade de resposta dos Tribunais Administrativos e Tributários foi mantido, com mais vagas para juízes nesses tribunais, bem como a implementação do balcão único dos tribunais administrativos e tributários e a introdução do sistema digital, como procedimento preferencial. As medidas para agilizar os tribunais também foram reforçadas, especialmente através do fortalecimento do sistema judicial, da abertura de</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		<p> cursos para o Judicial e para o Ministério Público e do reforço do quadro dos funcionários. Tendo em vista que estamos perante um indicador que beneficia todas as medidas implementadas no setor da Justiça, vale a pena destacar a redução do prazo, desde 2015, em 115 dias. É também de destacar o trabalho realizado pelo Programa Simplex para a implementação de uma rede nacional de arbitragem de consumidores que promova a resolução extrajudicial de conflitos entre empresas e consumidores, permitindo que muitos sejam resolvidos fora dos tribunais de forma rápida e tendencialmente gratuita.</p> <p>A análise e a monitorização da configuração da organização judicial prosseguem em 2019 com ajustes nas estruturas dos Tribunais Administrativos e Tributários, de acordo com a monitorização e avaliação realizadas, a fim de garantir a efetividade da resposta e da sustentabilidade da pendência processual.</p> <p>O Governo continua a implementar medidas, como a criação da Plataforma Digital de Serviços de Justiça na Internet (justiça eletrónica), a introdução de mecanismos de informação do utilizador, em particular no serviço de documentos, indicando a duração média esperada dos processos em curso, a implementação do modelo Tribunal +, criando um gabinete centralizado para facilitar o acesso às informações no tribunal e oferecer um ambiente mais amigável aos utilizadores e profissionais do setor. Além disso, será promovida uma avaliação da qualidade do sistema de acesso à lei, com a implementação de medidas que eliminem constrangimentos e garantam maior eficácia no acesso à lei.</p> <p>Por último, mas não menos importante, começarão a ser implementadas as medidas de requalificação abrangidas no Plano Estratégico Plurianual para Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais através da Lei de Programação de Equipamentos de Infraestrutura e Justiça.</p> <p>Para reformar a Justiça administrativa e tributária, o Governo continua a implementar medidas legislativas, a fim de promover a eficiência, a rapidez e a redução da burocracia no âmbito da organização e procedimentos.</p> <p>Para esse fim, foram criadas equipas de magistrados para recuperar a pendência, foram introduzidas alterações na organização judicial, através da especialização dos tribunais de primeira instância no que se refere ao objeto,</p>

#	REP 2019	Ponto de situação das medidas e das metas
		e foram revigorados os mecanismos administrativos e de gestão dos tribunais, em particular, o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Por fim, para simplificação e agregação processual, foram alteradas as leis processuais administrativas e fiscais (Leis n.ºs 118/2019 de 17 de setembro e 114/2019 de 12 de setembro e 81/2018 de 15 de outubro).

**Tabela 14. Objetivos Estabelecidos na Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego**

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
Meta de taxa de emprego: 75%	<p>Para atingir esta meta, o Governo Português está a aplicar uma estratégia global que integra diferentes medidas de políticas setoriais, como a educação, a segurança social e o emprego, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho, com enfoque nos jovens à procura do primeiro emprego e nos públicos com maiores dificuldades de integração no emprego, como os desempregados de longa e muito longa duração, e as pessoas com baixos níveis de qualificação;</li> <li>• Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida;</li> <li>• Atualizar a retribuição mensal mínima garantida;</li> <li>• Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem;</li> <li>• Projeto Balcão Único do Emprego e Modelo de</li> </ul>	A taxa de emprego, para a população portuguesa entre os 20 e os 64 anos foi em 2018 de 75,4%.

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>Acompanhamento Personalizado para o Emprego;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Contrato-Geração;</li> <li>• Programa Qualifica - reforçar a formação e qualificação de adultos.</li> </ul>	
<p>Meta de investigação e desenvolvimento: 2.7%-3.3% do PIB</p>	<p>Para assegurar o cumprimento dos objetivos aos quais se propôs em termos de investimento em I&amp;D, e que inclui a criação de cerca de 25 mil empregos qualificados no período 2018-2030, estão em curso diversas medidas, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Estímulo ao Emprego Científico, que estimulou a contratação entre janeiro de 2017 e junho de 2019 de cerca de 5.166 novos contratos de investigadores e docentes doutorados decorrentes da abertura de mais de 6100 concursos ou outros mecanismos destinados ao recrutamento de doutorados;</li> <li>• Reforço do papel das instituições científicas na inovação empresarial, pela constituição de 21 Laboratórios Colaborativos e pelos incentivos à partilha de dados que permitem cumprir os objetivos de partilha de conhecimento com o tecido empresarial e promoção do emprego científico nas empresas;</li> </ul>	<p>A despesa total em I&amp;D, pública e privada, atinge 1,4% do PIB em 2018 e recuperou os níveis absolutos mais elevados de 2009 e 2010, tendo aumentado cerca de 519 milhões de euros entre 2015 e 2018. O aumento da despesa em I&amp;D foi sobretudo expressiva nas empresas, com um crescimento de 35% entre 2015 e 2018 e representando agora mais de metade da despesa nacional em I&amp;D.</p> <p>O número de empresas com atividades de I&amp;D que beneficiam de apoios fiscais para contratar investigadores doutorados aumentou cerca de 37% desde 2015, incluindo cerca de 290 empresas em 2017.</p> <p>O número de investigadores na população ativa cresce para 8,9‰ em 2018 (enquanto era 8,6‰ em 2017; 8,0‰ em 2016 e 7,4 ‰ em 2015).</p> <p>O número de investigadores nas empresas regista</p>

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço dos apoios à formação avançada, com o número de bolsas de doutoramento a crescer de cerca de 950 bolsas em 2015 para cerca de 1900 bolsas em 2019;</li> <li>• Lançamento e instalação do “Centro Internacional de Investigação do Atlântico - AIR Centre”;</li> <li>• Aprovação da Estratégia Nacional do Espaço, “Portugal Espaço 2030”, que inclui a definição e aprovação de uma “lei do Espaço”, estabelecendo o regime de acesso e exercício de atividades espaciais e estabelecimento de uma agência espacial, “<i>Portugal Space</i>”, em estreita articulação com a Agência Espacial Europeia, ESA, e assumindo de forma inédita e inovadora na Europa a forma de um “ESA Hub”;</li> <li>• Apoio à contratação de investigadores doutorados por empresas ao abrigo de incentivos fiscais para atividades de I&amp;D;</li> <li>• Simplificação efetiva de processos aquisitivos de bens e serviços, simplificando o Código dos Contratos Públicos para a prossecução de atividades de I&amp;D, com a fixação de novas regras aplicáveis a atividade de instituições científicas e académicas;</li> </ul>	<p>um aumento de cerca de 3% entre 2018 e 2017 e de 35% entre 2015 e 2018.</p> <p>O <i>European Innovation Scoreboard</i> 2019 (Painel da Inovação 2019), publicado em 17 de junho pela Comissão Europeia, reforça a classificação de Portugal como um dos países inovadores, passando para o primeiro país do Grupo dos “Inovadores Moderados”, a poucas décimas de passar para o grupo dos Inovadores Fortes.</p>

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento da “Estratégia Nacional de Inteligência Artificial – AI Portugal 2030”;</li> <li>• Instalação da rede “PERIN-Portugal in <i>Europe research and Innovation Network</i>”, visando a promoção da participação nacional nos Programa Quadro de Investigação e Inovação europeus, assim como futuros programas Digital e Espaço, entre outros;</li> <li>• Aprovação e financiamento do Programa “GoPortugal - <i>global science and Technology Partnerships Portugal</i>”;</li> <li>• Reforço do apoio aos centros académicos clínicos, reunindo unidades de cuidados de saúde, centro de I&amp;D biomédica e escolas médicas e de saúde, com regime jurídico próprio e procedimentos específicos de financiamento e avaliação;</li> <li>• Reforço das condições de financiamento da investigação clínica e de translação, criando a Agência de Investigação e Inovação Biomédica, com financiamento partilhado entre o Estado (FCT e INFARMED) e o setor privado.</li> </ul>	
Metas das Emissões de Gases com Efeitos de Estufa: -1% (Comparação	Portugal assumiu a neutralidade carbónica em 2050 e desenvolveu o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	-18% (dados de 2017)

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
com 2005)	<p>que concretiza este objetivo, apontando a trajetória de redução de emissões e as opções de políticas e medidas para a descarbonização da economia nacional. Em alinhamento com este objetivo, o Plano Nacional Energia e Clima reforça com ambição as metas para 2030, visando atingir entre 45% e 55% de redução de emissões de gases com efeito de estufa, em relação a 2005, 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia e uma redução do consumo de energia que se traduz numa meta de eficiência energética de 35%. Estas metas sustentam-se no que já foi alcançado até agora, aprofundando as apostas já iniciadas nas energias de fonte renovável, na eficiência energética, nos transportes limpos, nos processos industriais, na gestão de resíduos, nos sumidouros de carbono.</p> <p>Portugal é atualmente o país europeu com a quarta maior participação de energias renováveis na geração de eletricidade (até 55%), tendo sido o compromisso de encerrar a produção de eletricidade a partir de carvão até 2030.</p> <p>Para o efeito, foi ainda iniciada a eliminação progressiva das isenções fiscais (impostos especiais de consumo e imposto sobre o carbono) sobre o carvão para produção de</p>	



Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>eletricidade.</p> <p>A aposta na energia de fonte renovável, traduziu-se no lançamento do primeiro leilão de capacidade de energia solar que resultou em ofertas recordes de 14 € / MWh e com uma procura por projetos seis vezes acima da capacidade leiloadas, confirmando o potencial e a competitividade das fontes de energia renováveis.</p> <p>Foram ainda tomadas medidas para promover o transporte público. De destacar, neste contexto, o lançamento dos concursos para o alargamento das linhas do Metro de Lisboa, do Porto, a renovação da frota da Soflusa e da CP, bem como o apoio à aquisição de veículos de elevado desempenho ambiental para as frotas de transporte público. Com o PART – Programa de Apoio à Redução dos Tarifários, foi possível reduzir o preço dos passes sociais, tornando o transporte público mais acessível, enquanto permitiu uma poupança adicional às famílias.</p> <p>Foi promovida a mobilidade ativa, com o desenvolvimento do Plano para a Mobilidade Ativa Ciclável e a mobilidade elétrica, com o reforço do incentivo à aquisição de veículos elétricos e a manutenção do regime fiscal favorável. Atualmente, Portugal é o quarto país da Europa com a maior quota de vendas de veículos elétricos.</p>	

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>No domínio do financiamento, destaca-se o Fundo Ambiental, enquanto instrumento do Estado para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade. Através do Fundo Ambiental e da recirculação na economia nacional das receitas dos leilões de licenças de emissão que constituem uma das suas principais fontes de receita, foi possível assegurar, em 2019 (até setembro), a execução de 175 milhões de euros no financiamento de medidas e projetos em matéria de ação climática.</p> <p>Refere-se ainda, a assinatura, em julho de 2019, da Carta de Compromisso para as Finanças Sustentáveis em Portugal, pelos principais atores públicos e privados do setor financeiro em Portugal.</p>	
Meta das energias renováveis: 31%	Para atingir esta meta, o Governo Português está a implementar uma estratégia abrangente que integra diferentes medidas de política setorial de reforço da produção e do consumo de fontes renováveis de energias, a saber:	28,1% (dados referentes a 2017)

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço do peso da produção de eletricidade através de fontes renováveis não subsidiadas, em particular o solar, introduzindo-se um mecanismo de leilões de atribuição de potência de injeção na rede. Esta aposta traduziu-se na aprovação de 22 projetos de centrais solares (806 MW), um conjunto de novos projetos em fase final de licenciamento (517 MW) e a realização do 1º leilão no final do 1º semestre de 2019 (1400 MW);</li> <li>• Promoção do sobreequipamento dos parques eólicos;</li> <li>• Promoção do autoconsumo de eletricidade produzida a partir de fontes de energia renovável</li> <li>• Reforço da valorização energética da biomassa</li> </ul>	
Eficiência Energética: Meta de 22,5 Mtep no consumo de energia primária	<p>Para atingir esta meta, o Governo Português está a implementar uma estratégia abrangente que integra diferentes medidas de política setorial de promoção da redução e do uso eficiente de energia, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na Administração Pública, através da promoção de avisos para o financiamento de ações de promoção de eficiência energética nas infraestruturas públicas, e o lançamento do novo Barómetro de Eficiência Energética (Barómetro</li> </ul>	22,8 Mtep (dados referentes a 2017)

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>ECO.AP), enquanto ferramenta fundamental para promover a eficiência energética na administração pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, com o objetivo de reabilitar edifícios degradados e assim melhorar o parque edificado;</li> <li>• Programa Casa Eficiente, com o objetivo de melhorar o conforto e consumo energético das casas e edifícios habitacionais;</li> <li>• Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) para o financiamento da regeneração do património edificado em áreas urbanas;</li> <li>• Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC) orientado para empresas e indústria</li> <li>• Programa Reabilitar para Arrendar, que promove a reabilitação de edifícios;</li> <li>• Lançamento de avisos para o financiamento de ações de promoção de eficiência energética para os vários setores de atividades no âmbito do Fundo de Eficiência Energética;</li> <li>• Mobilidade elétrica, através do reforço da infraestrutura de carregamento e do apoio à</li> </ul>	

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>modernização e descarbonização das frotas de veículos da administração pública através da aquisição de veículos elétricos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do transporte público com o objetivo de promover a transferência modal indutora da descarbonização, por via do reforço da oferta e da qualidade do serviço e do apoio financeiro à descarbonização das frotas de transporte público de passageiros (Metropolitano, Rodoviário e Fluvial);</li> <li>Promoção da Mobilidade Ativa;</li> <li>Transitar para uma economia circular, de modo a promover um processo económico que, baseado na circulação de recursos (materiais e energéticos).</li> </ul>	
Meta do abandono escolar precoce: 10%	No âmbito da garantia da qualidade na educação e formação profissional em alinhamento com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (EQAVET), foi feito o lançamento do modelo criado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), em janeiro e fevereiro de 2019. Nessa sequência, um grande número (mais de 400) de entidades de educação e formação aderiu ao processo e encontra-se neste	11,8%

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	momento a implementar os respetivos sistemas de garantia da qualidade em alinhamento com o EQAVET.	
Meta da educação superior: 40%	<p>Após a aprovação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2018, que aprovou as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, mais relevante que atingir uma percentagem de 40% de diplomados no ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos até 2020 é atingir em 2030 um nível de 60% dos jovens com 20 anos que participam no ensino superior e um nível de 50% de diplomados na faixa etária dos 30-34 anos.</p> <p>Essas metas têm vindo a ser prosseguidas com base na adoção das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Democratização do acesso ao Ensino Superior, apostando no aumento dos estudantes do Ensino Superior público pela criação de melhores condições de acesso para alunos com carências económicas (foi aumentado em 21% o orçamento para bolsas de Ação Social desde 2015, atingindo 144 M€ em 2019 e cerca de 80.000 beneficiários); ou necessidades especiais (foram alargadas as condições de acesso ao ensino superior para estudantes com necessidades educativas</li> </ul>	<p>Percentagem de diplomados no ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos em 2018 – 33.5%.</p> <p>Em 2019, é estimado que metade dos jovens de 20 anos residentes em Portugal frequentem o ensino superior, representando um aumento de quase 25% de estudantes em relação a 2015 (cerca de 10.000 estudantes entre 2015 e 2019).</p> <p>O número de diplomados aumentou 9,3% entre 2015/16 e 2017/18 (últimos dados disponíveis)</p> <p>Em 2018/19, inscreveram-se no ensino superior 385.247 alunos, mais 12.494 do que no ano letivo anterior. Desse modo, o número de inscritos cresceu 8% entre 2015/16 e 2018/19.</p>

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>especiais e estes passaram, em termos práticos, a estar isentos de pagamentos de propinas) e adultos com experiência profissional (foram alargadas as condições de creditação de experiência profissional na frequência de CTeSP e criados os mestrados profissionais), e promovendo a coesão territorial ao disponibilizar mais vagas para as instituições do Interior;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior, mobilizando esforços na disponibilização de soluções de alojamento durante a frequência universitária para dar resposta às necessidades que a pressão do mercado imobiliário impôs, tendo por horizonte duplicar a oferta de 15.370 camas atualmente existente, num período de 10 anos, com um aumento de 12 mil camas já nos próximos 4 anos;</li> <li>• Redução dos montantes de propinas suportadas pelos estudantes no ensino superior público, assim reduzindo os respetivos custos de frequência;</li> <li>• Reforço das formações curtas no ensino superior (CTeSP), quer por via do financiamento atribuído ao seu desenvolvimento como nos incentivos</li> </ul>	

Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<p>académicos à frequência, que passaram por uma melhor articulação entre estes ciclos curtos e as licenciaturas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação do regime jurídico de ensino a distância criando pela primeira vez a regulação deste tipo de ofertas formativas com o objetivo de formar cerca de 50.000 diplomados até 2030.</li> </ul>	
<p>Meta de redução da população em risco de pobreza ou exclusão social, em número de pessoas: -200,000</p>	<p>Reforço da proteção social transversal a todas as áreas da Segurança Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As pensões e complementos registaram entre 2015 e 2019 um crescimento de 14%;</li> <li>• Reforço do apoio aos desempregados de longa duração;</li> <li>• Retoma da atualização anual do Indexante de Apoios Sociais (IAS), com impacto no cálculo das pensões e de várias prestações sociais;</li> <li>• Aumento do abono de família, para promoção do aumento da natalidade;</li> <li>• Criação da nova Prestação Social para a Inclusão;</li> <li>• O orçamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) registou entre 2015 e 2019 um aumento de mais 33%;</li> </ul>	<p>-535 mil pessoas</p>



Metas Nacionais no âmbito da Estratégia	Medidas	Metas (ponto de situação 2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Complemento Solidário para Idosos (CSI) registou entre 2015 e 2019 um aumento de 34%;</li> <li>• Aumento dos valores da Bonificação por Deficiência e o aumento do montante mensal do Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa;</li> <li>• O orçamento da Ação Social registou entre 2015 e 2019 um aumento 16%.</li> </ul>	

## **9. Parecer do Conselho das Finanças Públicas**







## **Previsões macroeconómicas subjacentes ao Projeto de Plano Orçamental para 2020**

***Parecer do Conselho das Finanças Públicas***

**n.º 02/2019**

**14 de outubro de 2019**

---

O Conselho das Finanças Públicas é um órgão independente, criado pelo artigo 3.º da Lei n.º 22/2011, de 20 de maio, que procedeu à 5.ª alteração da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho). A versão final dos Estatutos do CFP foi aprovada pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro.

O CFP iniciou a sua atividade em fevereiro de 2012, com a missão de proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

---

## INTRODUÇÃO

Este Parecer incide sobre as previsões macroeconómicas subjacentes ao Projeto de Plano Orçamental para 2020 (PPO/2020), enquadrando-se no *"Protocolo entre o Ministério das Finanças e o Conselho das Finanças Públicas sobre a elaboração de parecer relativo às previsões macroeconómicas subjacentes ao Programa de Estabilidade e à Proposta de Orçamento do Estado"*, celebrado a 6 de fevereiro de 2015.<sup>1</sup>

Para efeitos de Parecer, uma vez que se realizaram eleições legislativas a 6 de outubro de 2019, o documento de trabalho do Ministério das Finanças (MF) em consideração será sempre referente a um cenário em políticas invariantes.

De acordo com o estabelecido no referido Protocolo, o Governo comunicou formalmente ao Conselho das Finanças Públicas (CFP) no dia 26 de agosto que o PPO/2020 seria apresentado no dia 15 de outubro (dia "D" para efeitos do calendário incluído na secção 5 do Protocolo).

O CFP recebeu a 1 de outubro uma versão de trabalho das previsões macroeconómicas, posteriormente retificado a 2 de outubro. No dia 3 decorreu uma reunião entre as equipas do MF e do CFP na qual a primeira fez uma apresentação sumária do cenário.

A versão final do cenário macroeconómico, enviada a 9 de outubro, foi retificada pelo MF a 11 de outubro. Este Parecer incide sobre os valores considerados pelo MF para as hipóteses externas e técnicas e para as previsões macroeconómicas subjacentes a esse cenário. O Quadro 1 apresenta os principais indicadores que resultam da informação mais recente transmitida pelo MF ao CFP até à data de fecho deste Parecer.

A metodologia e o processo de análise utilizados neste Parecer estão descritos no Protocolo acima referido. Para proceder à análise das previsões macroeconómicas subjacentes ao PPO/2020 o CFP recorreu aos seguintes meios:

- a) Análise dessas previsões pelos técnicos do CFP;
- b) Comparação com as projeções disponíveis realizadas por instituições de referência: Banco de Portugal (BdP) e CFP;
- c) Informação estatística mais recente disponível, produzida pelas autoridades estatísticas nacionais — Instituto Nacional de Estatística (INE) e BdP;
- d) Esclarecimentos técnicos verbais e escritos prestados pelo MF relativamente às previsões elaboradas.

---

<sup>1</sup> Disponível para consulta na [página do CFP](#).

## PREVISÕES DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Cenário Macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental para 2020

O cenário macroeconómico subjacente ao *Projeto de Plano Orçamental* para 2020 (PPO/2020) antevê uma ligeira aceleração da taxa de crescimento do PIB real no próximo ano para 2,0%. Neste novo cenário, o MF antecipa um crescimento da economia de 1,9% em 2019, o que compara com um crescimento do produto real de 2,4% no ano transato. A contribuir para esta desaceleração

**Quadro 1 – Previsões macroeconómicas subjacentes ao PPO/2020**

	2018	2019	2020
<b>PIB real e componentes</b> (variação, %)			
PIB	2,4	1,9	2,0
Consumo privado	3,1	2,2	2,1
Consumo público	0,9	0,9	0,9
Investimento (FBCF)	5,8	8,2	5,0
Exportações	3,8	2,9	3,9
Importações	5,8	5,4	4,1
<b>Contributos para a variação real do PIB</b> (p.p.)			
Procura interna	3,2	3,0	2,1
Exportações líquidas	-0,8	-1,0	-0,1
<b>Preços</b> (variação, %)			
Deflator do PIB	1,6	1,3	1,4
Deflator do consumo privado	1,3	1,2	1,4
Deflator do consumo público	1,8	1,3	1,5
Deflator do investimento (FBCF)	3,0	2,0	1,6
Deflator das exportações	2,1	1,0	1,0
Deflator das importações	2,4	1,0	1,0
IHPC	1,2	0,8	1,6
<b>PIB nominal</b>			
Variação (%)	4,1	3,3	3,5
<b>Mercado de trabalho</b> (variação, %)			
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	7,0	6,3	5,9
Emprego	2,3	1,1	0,7
Remuneração média por trabalhador	2,5	2,8	2,9
Produtividade aparente do trabalho	0,1	0,8	1,2
<b>Financiamento da economia e sector externo</b> (% PIB)			
Cap./nec. líquida de financiamento face ao exterior	1,2	0,3	0,4
Balança de bens e serviços	0,1	-1,0	-1,0
Balança de rend. primários e transferências	0,1	0,0	0,2
Balança de capital	1,0	1,2	1,2
Cap./nec. líquida de financiamento do sector privado	1,6	0,3	0,4
Cap./nec. líquida de financiamento das AP	-0,4	-0,1	0,0
<b>Desenvolvimentos cíclicos</b>			
PIB potencial (variação, %)	1,8	1,9	1,9
Hiato do produto (% PIB potencial)	1,5	1,6	1,7
<b>Pressupostos</b>			
Procura externa (variação, %)	3,5	2,6	3,1
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %)	-0,3	-0,3	-0,3
Taxa de câmbio EUR-USD (média anual)	1,18	1,13	1,12
Preço do petróleo (Brent, USD/barril)	71,5	63,1	57,8

Fonte: MF – Informação comunicada a 11 de outubro de 2019.

estará tanto o menor contributo da procura interna (3,0 p.p. em 2019 vs. 3,2 p.p. em 2018) como o contributo mais negativo das exportações líquidas (-1,0 p.p. em 2019 vs. -0,8 p.p. em 2018). A dinâmica de desaceleração da procura interna em 2019 ficará a dever-se, em exclusivo, à redução da taxa de crescimento do consumo privado (2,2% vs. 3,1% em 2018), uma vez que o ritmo de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá registar um aumento expressivo (8,2% vs. 5,8% em 2018), ao mesmo tempo que a taxa de variação do consumo público se manterá inalterada face ao ano anterior (0,9%). Tal como referido, as exportações líquidas darão um contributo mais negativo no ano de 2019 face ao observado em 2018, em resultado de um decréscimo na taxa de crescimento das exportações (-0,9 p.p.) mais pronunciado do que o perspectivado para as importações de bens e serviços (-0,4 p.p.).

Para 2020, o MF perspetiva uma recuperação da taxa de crescimento PIB real para 2,0%,



alicerçado, exclusivamente, no contributo menos negativo das exportações líquidas (-0,1 p.p. vs. -1,0 p.p. em 2019), uma vez que se espera uma redução substancial do contributo da procura interna (2,1 p.p. vs. 3,0 p.p. em 2019). A evolução prevista para o contributo da procura interna ficará a dever-se à ligeira desaceleração esperada para a taxa de crescimento do consumo privado (-0,1 p.p.) e à redução mais pronunciada do ritmo de crescimento da FBCF (-3,2 p.p.). Note-se que a taxa de variação do consumo público, de acordo com o MF, deverá permanecer inalterada pelo terceiro ano consecutivo (0,9%). No que se refere à dinâmica das exportações líquidas, o cenário do MF subjacente ao PPO/2020 espera que o seu contributo menos negativo em 2020 resulte de uma aceleração da taxa de crescimento das exportações (3,9% vs. 2,9% em 2019), acompanhada de um abrandamento do ritmo de crescimento das importações de bens e serviços (4,1% vs. 5,4% em 2019).

É esperada uma desaceleração do deflator do PIB em 2019 para 1,3%, seguida de uma ligeira aceleração em 2020 para 1,4%. Esta dinâmica traduzirá, em 2019, uma desaceleração dos deflatores de todas as componentes do produto e, em 2020, uma aceleração quer do deflator do consumo privado (+0,1 p.p.), quer do deflator do consumo público (+0,2 p.p.). Trajetória semelhante deverá registar o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), com o MF a prever uma desaceleração de 1,2% em 2018, para 0,8% em 2019, seguida de uma recuperação para 1,6% no ano de 2020.

Em face dos desenvolvimentos suprarreferidos para o produto real e para o deflator do PIB, é esperado, no mais recente cenário do MF, uma desaceleração da taxa de variação do PIB nominal para 3,3% em 2019, seguida de um robustecimento do seu ritmo de crescimento para 3,5% em 2020, em resultado de uma aceleração quer do PIB real, quer do deflator do produto.

O mercado de trabalho deverá prosseguir uma trajetória de consolidação, com o MF a perspetivar uma redução da taxa de desemprego para 6,3% em 2019 (-0,7 p.p. face a 2018) e para 5,9% em 2020 (-0,4 p.p. face a 2019). Esta evolução está associada com uma dinâmica positiva de criação de emprego, não obstante as taxas de crescimento deste indicador desacelerarem de 2,3% em 2018 para 1,1% em 2019, e para 0,7% em 2020. A taxa de crescimento da remuneração média por trabalhador em termos nominais deverá acelerar de 2,5% em 2018, para 2,8% em 2019, e novamente para 2,9% em 2020. Em termos reais, e usando o IHPC como deflator, o MF espera uma aceleração da remuneração média real por trabalhador em torno de 1,5%, tanto em 2019 como em 2020, taxa de variação esta que será superior ao crescimento previsto para a produtividade aparente do trabalho, cuja taxa de variação se deverá situar em 0,8% e 1,2%, nestes dois anos.

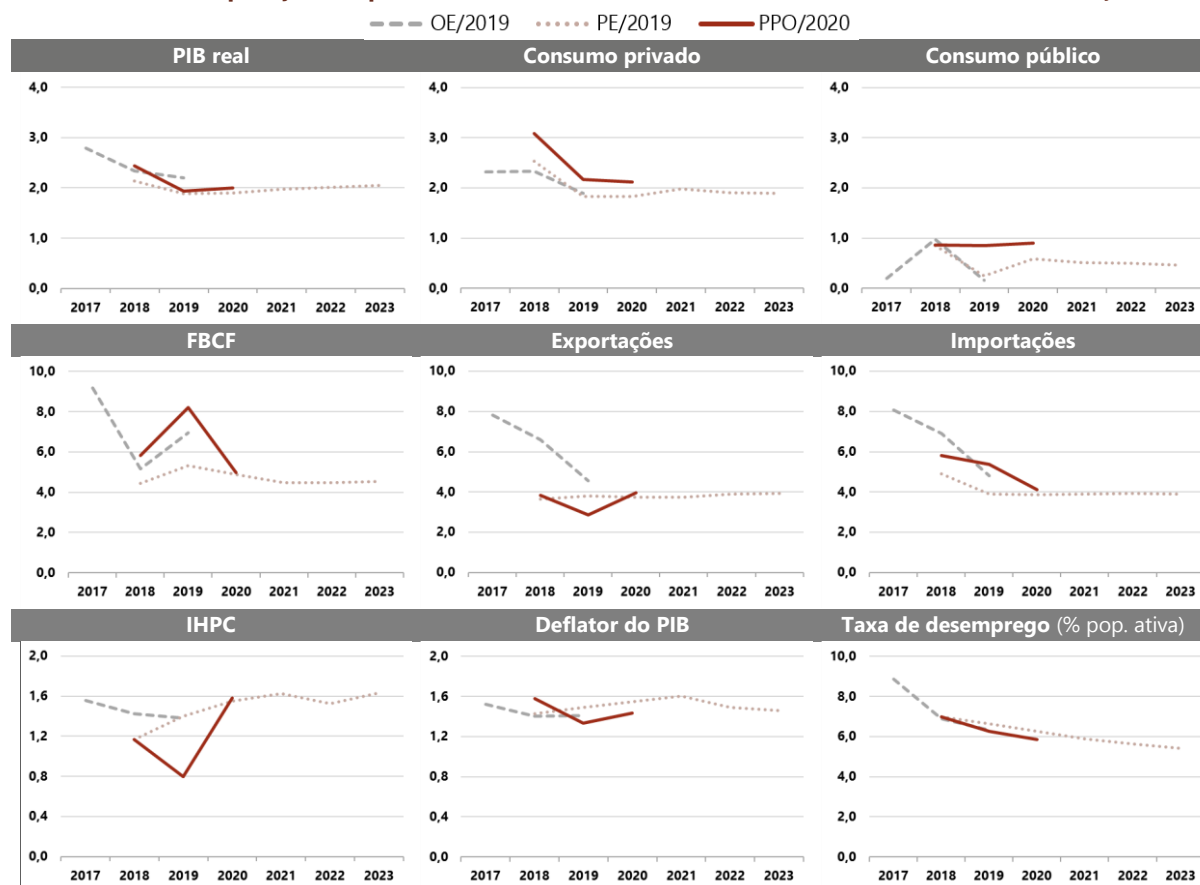
A capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, em 2019, deverá recuar para 0,3% do PIB (1,2% do PIB em 2018), seguida de uma ligeira recuperação para 0,4% do PIB em 2020. Este comportamento dever-se-á, maioritariamente, à perspetiva de degradação do saldo da balança de bens e serviços de 0,1% do PIB em 2018 para -1,0% do PIB em 2019 e 2020. A balança de rendimentos primários e transferências deverá apresentar um saldo nulo em 2019 (+0,1% do PIB em 2018), recuperando para 0,2% do PIB em 2020, sendo esta a razão pela qual o MF antecipa uma ligeira recuperação da capacidade de financiamento da economia face ao exterior em 2020 (+0,1 p.p. do PIB face a 2019).

O MF prevê uma ligeira aceleração do PIB potencial em 2019 (+0,1 p.p.), mantendo-se a sua taxa de variação estável em 2020 (1,9%). O hiato do produto deverá permanecer positivo e alargar-se passando de 1,5% em 2018, para 1,6% em 2019 e para 1,7% em 2020.

Relativamente às hipóteses externas assumidas pelo MF, a previsão para a procura externa dirigida a Portugal tem um impacto negativo para a evolução da economia portuguesa em 2019, mas contribui para a sua ligeira recuperação em 2020. Com efeito, o cenário macroeconómico do MF tem subjacente uma desaceleração da procura externa dirigida a Portugal para 2,6% em 2019, seguida de uma recuperação para 3,1% em 2020. A taxa de juro de curto prazo deverá manter-se inalterada em -0,3% tanto em 2019 como em 2020. A taxa de câmbio do euro face ao dólar deverá registar uma trajetória de depreciação progressiva passando de 1,18 em 2018 para 1,13 em 2019 e para 1,12 em 2020, beneficiando, assim, as exportações portuguesas para o espaço fora da zona euro. Também o preço médio do barril de *Brent* deverá apresentar uma redução progressiva, passando de 71,5 dólares em 2018 para 63,1 dólares em 2019 e para 57,8 dólares norte-americanos em 2020.

O Gráfico 1 enquadra o cenário subjacente ao PPO/2020 com previsões macroeconómicas do MF anteriores, inerentes ao PE/2019 e ao OE/2019.

**Gráfico 1 – Comparação das previsões incluídas na PPO/2020, no PE/2019 e no OE/2019 (variação, %)**



Fonte: MF – PPO/2020, PE/2019 e OE/2019.

### **Conciliação com previsões anteriores do MF**

Em 23 de setembro de 2019 o INE disponibilizou novas séries das Contas Nacionais Trimestrais em tendo procedido à revisão do ano base, à incorporação de nova informação e a algumas alterações metodológicas. Como foi já referido pelas instituições que atualizaram projeções macroeconómicas para Portugal (BdP e CFP), esta revisão conduziu a uma revisão significativa em alta do nível e da taxa de crescimento do PIB em 2017 e 2018, alterações estatísticas que afetam de forma materialmente significativa os exercícios de projeção e, por isso, limitam a comparabilidade dos novos cenários macroeconómicos com os realizados anteriormente. Por essa razão na Caixa apenas se procede à comparação das projeções do MF, BdP e CFP, não se incluindo as previsões da responsabilidade da CE, FMI e OCDE elaboradas antes da divulgação da nova série do PIB.

#### **Caixa – Previsões e projeções para a economia portuguesa**

Em 2019, a estimativa do Ministério das Finanças (MF) aponta para um crescimento do produto real de 1,9%, valor igual ao projetado pelo CFP e 0,1 p.p. abaixo do projetado pelo Banco de Portugal (BdP), e que traduz uma expectativa de desaceleração da economia face ao crescimento de 2,4% registado em 2018. No cenário do MF, o consumo privado deverá desacelerar para 2,2% em 2019 (-0,9 p.p. face a 2018), encontrando-se esta previsão balizada entre os 2,1% projetados pelo CFP e os 2,3% do BdP. No que respeita ao consumo público, o MF espera que, em 2019, a sua taxa de variação permaneça inalterada em 0,9%, sendo este valor superior, quer aos 0,5% antecipados pelo BdP, quer aos 0,7% projetados pelo CFP. Já para a FBCF, o MF antecipa uma aceleração expressiva de 5,8% em 2018 para 8,2%, sendo este o valor mais elevado quando comparado com os 7,2% avançados pelo BdP e os 7,6% projetados pelo CFP. No que se refere à dinâmica do comércio externo, é esperado, pelo MF, um crescimento das exportações de 2,9% em 2019, o que, apesar de traduzir uma desaceleração de 0,9 p.p. face a 2018, constitui o valor mais elevado quando comparado com os 2,3% do BdP e os 2,7% antecipados pelo CFP. O mesmo deverá ocorrer com a taxa de crescimento das importações, uma vez que a previsão de 5,4% esperada pelo MF para 2019, é superior aos 4,6% projetados pelas outras duas instituições consideradas no Quadro 2. No que se refere à evolução dos preços, o MF perspetiva uma variação do IHPC de 0,8%, valor superior aos 0,4% e 0,3% antecipados pelo BdP e CFP, respetivamente. No entanto, a previsão do MF para a taxa de variação do deflator do PIB é igual à do CFP, devendo situar-se em 1,3% em 2019. O mercado de trabalho em 2019 deverá manter a trajetória positiva iniciada em 2013, com o MF a estimar uma taxa de desemprego de 6,3% da população, encontrando-se esta previsão balizada entre os 6,2% do CFP e os 6,4% do BdP. Neste contexto, o cenário do MF aponta para um crescimento do emprego de 1,1%, valor este que se situa entre os 0,9% do BdP e os 1,2% do CFP. A capacidade líquida de financiamento da economia, de acordo com o MF, deverá permanecer positiva em 2019, apesar de se esperar uma degradação do saldo face ao exterior que deverá passar de 1,2% do PIB em 2018 para 0,3% do PIB em 2019. Este valor é, ainda assim, ligeiramente mais conservador do que a capacidade líquida de financiamento da economia projetada pelo CFP (0,4% do PIB) e pelo BdP (0,5% do PIB). A degradação da capacidade de financiamento da economia portuguesa, deverá ocorrer num cenário em que o saldo da balança de bens e serviços se tornará negativo, com o MF a esperar que se situe em -1,0% do PIB em 2019, valor que compara com os -0,6% do PIB do CFP e os -0,7% do PIB do BdP.

Para 2020, face à não existência de mais projeções macroeconómicas elaboradas de acordo com as Contas Nacionais Anuais - Base 2016 divulgadas pelo INE no passado mês de setembro para além das do CFP, não se procederá à comparação do cenário do MF.

**Quadro 2 – Projeções e previsões para a economia portuguesa**

Ano <i>Instituição e publicação</i> <i>Data de publicação</i>	2018	2019			2020	
		BdP out19	CFP out19	MF out19	CFP out19	MF out19
PIB real e componentes (variação, %)						
PIB	2,4	2,0	1,9	1,9	1,7	2,0
Consumo privado	3,1	2,3	2,1	2,2	1,9	2,1
Consumo público	0,9	0,5	0,7	0,9	1,2	0,9
Investimento (FBCF)	5,8	7,2	7,6	8,2	5,2	5,0
Exportações	3,8	2,3	2,7	2,9	3,1	3,9
Importações	5,8	4,6	4,6	5,4	4,0	4,1
Contributos para o crescimento real do PIB (p.p.)						
Procura interna	3,2	-	2,7	3,0	2,1	2,1
Exportações líquidas	-0,8	-	-0,8	-1,0	-0,4	-0,1
Preços (variação, %)						
Deflator do PIB	1,6	-	1,3	1,3	1,1	1,4
Deflator do consumo privado	1,3	-	1,0	1,2	1,1	1,4
Deflator do consumo público	1,8	-	1,8	1,3	1,1	1,5
Deflator da FBCF	3,0	-	1,5	2,0	1,0	1,6
Deflator das exportações	2,1	-	1,0	1,0	1,0	1,0
Deflator das importações	2,4	-	0,8	1,0	0,9	1,0
IHPC	1,2	0,4	0,3	0,8	0,6	1,6
PIB nominal						
Variação (%)	4,1	-	3,3	3,3	2,8	3,5
Nível (mil M€)	203,9	-	210,6	210,6	216,4	218,0
Mercado de trabalho (variação, %)						
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	7,0	6,4	6,2	6,3	6,0	5,9
Emprego	2,3	0,9	1,2	1,1	0,6	0,7
Remuneração média por trabalhador	2,5	-	3,0	2,8	2,4	2,9
Produtividade aparente do trabalho	0,1	-	0,7	0,8	1,1	1,2
Setor externo (% PIB)						
Capacidade líquida de financiamento	1,2	0,5	0,4	0,3	0,0	0,4
Balança corrente	0,1	-	-0,3	-1,0	-0,8	-0,8
Balança de bens e serviços	0,1	-0,7	-0,6	-1,0	-1,0	-1,0
Balança de rend. primários e transf.	0,1	-	0,3	0,0	0,2	0,2
Balança de capital	1,0	-	0,7	1,2	0,8	1,2
Desenvolvimentos cíclicos						
PIB potencial (variação, %)	-	-	2,0	1,9	2,2	1,9
Hiato do produto (% PIB potencial)	-	-	1,6	1,6	1,1	1,7
Finanças públicas (% PIB)						
Saldo orçamental	-0.4	-	0.1	-0.1	0.3	0.0

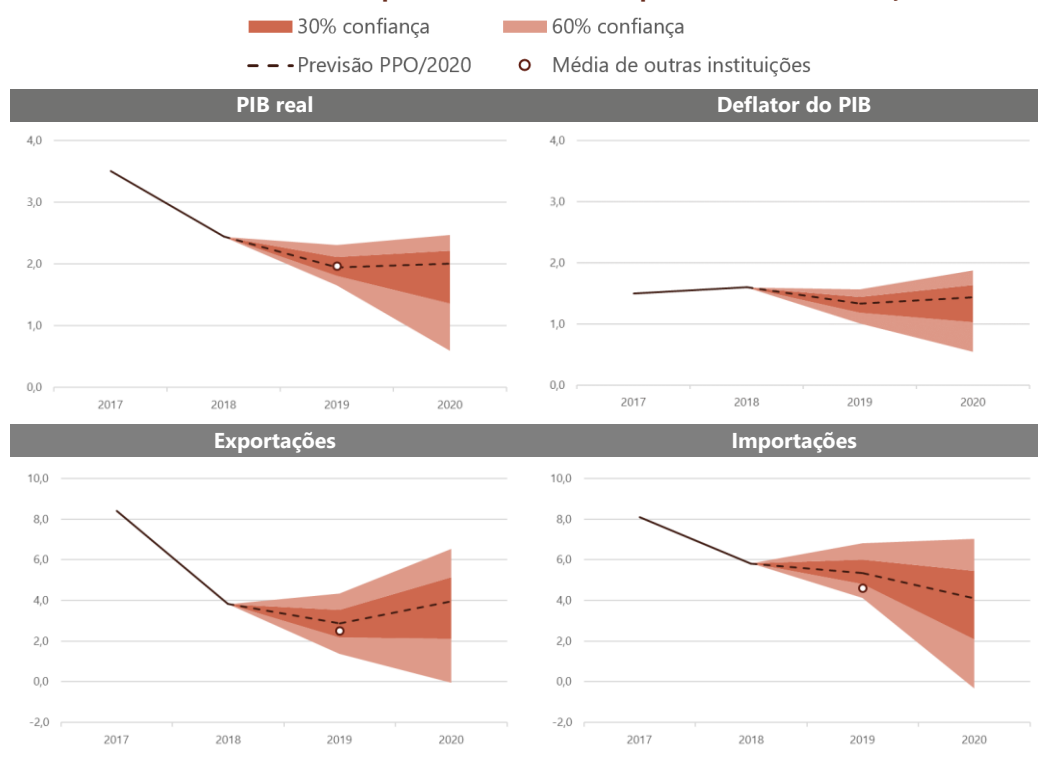
Fontes: 2018: INE. 2019-2020: BdP - Boletim Económico, outubro 2019; CFP - Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2019-2023 (Atualização), outubro 2019; MF - PP0/2020, outubro de 2019.

## PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

O cenário macroeconómico subjacente ao PPO/2020 é apresentado num contexto particular. Por um lado, pelo enquadramento na legislatura, trata-se de um cenário que não considera novas medidas de política para o ano de 2020, nem sequer as consideradas no Programa de Estabilidade 2019-2023. Por outro lado, face à nova base de contas nacionais divulgada pelo INE em setembro, trata-se do primeiro cenário do MF que incorpora esta informação, existindo apenas as projeções do Banco de Portugal para 2019 e as do CFP para 2019-2020 como elementos de enquadramento das perspetivas para a economia nacional.

Contudo, deve o CFP salientar alguns aspetos importantes subjacentes ao cenário em apreço, uma vez que é expectável que este sirva de base ao cenário macroeconómico a ser elaborado para a Proposta de Orçamento do Estado para 2020.

**Gráfico 2 – Intervalos de previsão associados às previsões do MF (variação, %)**



Fonte: PPO/2020; CFP – cálculos das bandas de confiança com base nos relatórios do Orçamento do Estado 1997-2019.

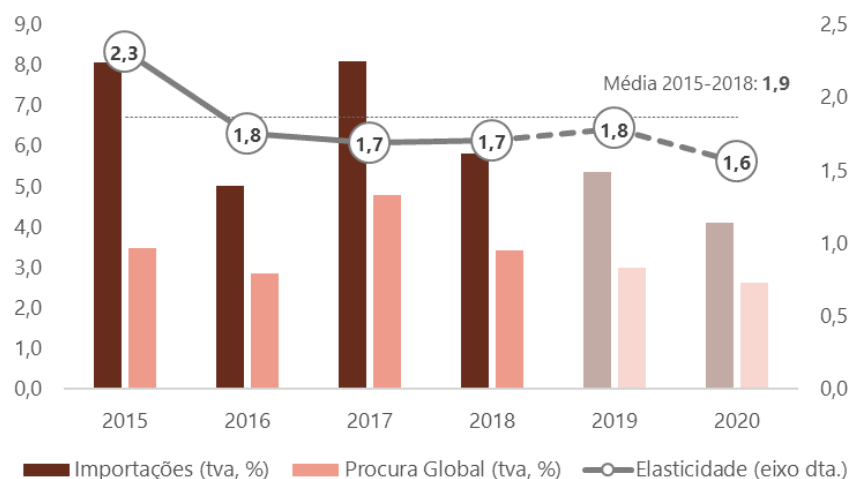
**Para 2019** o cenário do MF afigura-se como o mais provável na evolução do PIB e da maior parte das suas componentes, estando balizado pelos cenários divulgados até à data de publicação deste Parecer (ver Caixa). É de salientar o ganho de quota de mercado considerado para 2019 nas exportações de bens e serviços, pressuposto potencialmente otimista, mas que para efeitos de incremento no PIB é mitigado pela dinâmica das importações de bens e serviços.

Note-se que, dada a revisão significativa do INE para o crescimento do PIB real em 2017 e 2018, bem como para o primeiro semestre de 2019, a manutenção pelo MF do crescimento estimado para 2019 face ao PE/2019 (em 1,9%) implica que esse cenário ou era demasiado otimista na altura

da sua elaboração ou o abrandamento da economia agora estimado para 2019 é mais forte do que o anteriormente esperado pelo MF (Gráfico 1).

**Para 2020**, o perfil de aceleração do crescimento económico considerado pelo MF comporta elevados riscos descendentes, tendo em conta a degradação das perspetivas económicas nos principais parceiros comerciais da economia portuguesa.

**Gráfico 3 – Elasticidade das importações de bens e serviços face à procura global**



Fontes: INE, PPO/2020 e cálculos do CFP

A dinâmica do comércio externo é o principal determinante desta aceleração. O MF prevê para 2020 uma aceleração das exportações em simultâneo com uma desaceleração das importações face a 2019. As exportações de bens e serviços aumentam o ritmo de crescimento em 1,0 p.p. para 3,9% em 2020 o MF. Esta previsão pressupõe aumentos de ganhos de quota de mercado crescentes: 0,3 p.p. em 2019 e 0,8 p.p. em 2020.

A previsão do MF de abrandamento no ritmo de crescimento das importações de bens e serviços em 1,3 p.p. para 4,1% em 2020 tem implícita uma quebra não sustentada na elasticidade das importações face à procura global, de 1,8 em 2019 para 1,6 em 2020 (Gráfico 3). *Ceteris paribus*, a manutenção em 2020 da elasticidade das importações face à procura global estimada para 2019 (1,8) levaria, neste cenário, ao crescimento das importações em 4,7% e ao abrandamento do ritmo de crescimento do PIB em volume para 1,7%.

Importa ainda salientar que o CFP já se tinha pronunciado quanto à trajetória de aceleração para a atividade económica que o MF admitia no [PE/2019](#) para 2021-2023, agora antecipada para 2020 num contexto de agravamento dos riscos descentes de carácter externo.

## CONCLUSÃO

A conclusão desta análise do Conselho das Finanças Públicas tem em conta os princípios do artigo 8.º da lei de enquadramento orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro): “As projeções orçamentais subjacentes aos documentos de programação orçamental devem basear-se no cenário macroeconómico mais provável ou num cenário mais prudente”. Este mesmo princípio orientador de utilização de previsões realistas para a condução das políticas orçamentais encontra-se também vertido na legislação europeia, em particular no Pacto de Estabilidade e Crescimento e na Diretiva n.º 2011/85/UE do Conselho de 8 de novembro de 2011, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros.

Nos termos do número 4 do artigo 4.º do Regulamento n.º 473/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013, em resultado da análise efetuada às previsões macroeconómicas subjacentes ao Projeto de Plano Orçamental para 2020, **o Conselho das Finanças Públicas endossa com reservas as estimativas e previsões apresentadas, tendo em conta que:**

- 1. A ausência de previsões macroeconómicas comparáveis produzidas por outras instituições dificulta a qualificação quanto à sua probabilidade;**
- 2. Os elementos explicitados neste parecer relativamente ao comportamento das componentes da procura, em particular das exportações e das importações em 2020, não permitem considerar o cenário apresentado como prudente, dados os elevados riscos descendentes que incidem na previsão de aceleração da atividade económica em 2020.**